



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de Tupã

Setembro/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"



SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiência e Produtividade	14
Fase de Conhecimento	27
Fase de Cumprimento de Sentença	32
Arrecadação	45
Deliberações Finais	46



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 17 de Setembro de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 21/8/2024, página 117.

A Equipe de Correição

Vladimir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

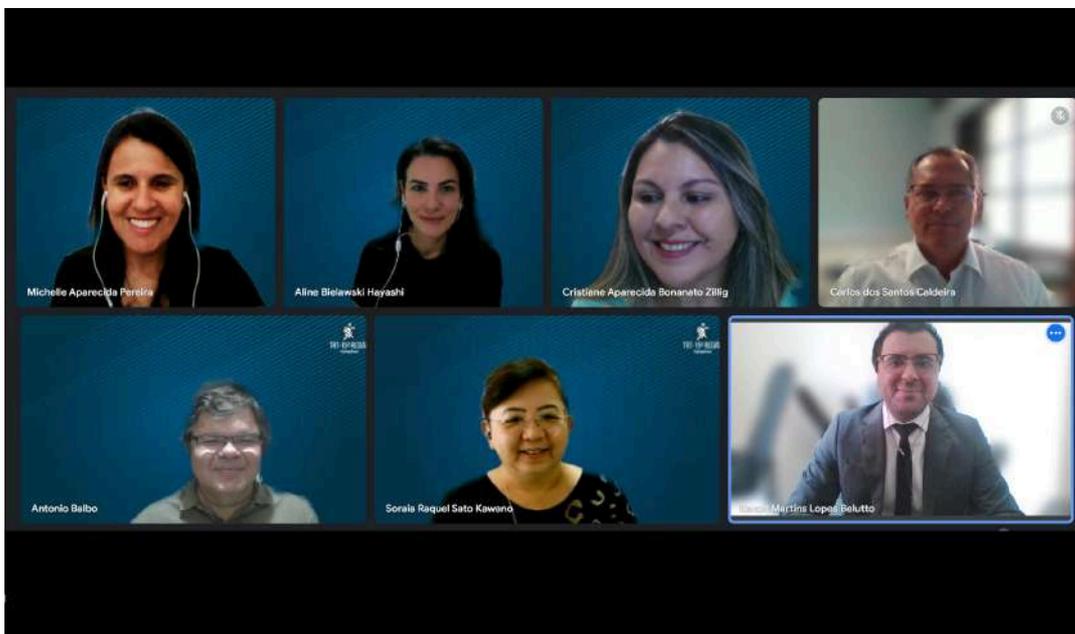
Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de Tupã

	
0000704-15.2021.2.00.0515	17 de Setembro de 2024
	Juiz Titular Sérgio Polastro Ribeiro Juiz Substituto Renan Martins Lopes Belutto

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Vara do Trabalho de Tupã: Michelle Aparecida Pereira, Aline Bielawski Hayashi, Cristiane Aparecida Bonanato Zillig, Carlos dos Santos Caldeira, Antônio Balbo, Soraisa Raquel Sato Kawano e Dr. Renan Martins Lopes Belutto. Não estão na foto: Luís Henrique Pereira Martin, Giseli Martins Rodrigues Mallio, Anna Laura Laurentino Vidotti e Dr. Sérgio Polastro Ribeiro.

Lotação atual da Unidade:	7 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	7 servidores
⚠️ “DELTA” da Vara:	DE ACORDO
Lotação atual de Oficiais de Justiça	1 oficial
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
⚠️ “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	- 1



Vara do Trabalho de Tupã

- Não há servidor atuando como assistente do Juiz Titular. O servidor Allan Dionisio Vieira de Oliveira é assistente do Juiz Substituto em auxílio fixo (Renan Martins Lopes Belutto), e atua em teletrabalho (SIGEP 956/2024-AA).
- Além do assistente, há uma servidora atuando em regime de teletrabalho: Cristiane Aparecida Bonanato Zillig (SIGEP 9307/2024-AA).
- O oficial de justiça que atua na Unidade é Carlos dos Santos Caldeira.
- Há uma estagiária na Unidade: Anna Laura Laurentino Vidotti, do Centro de Integração Empresa Escola (desde 4/2023).

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



Vara do Trabalho de Tupã



Jurisdição: Arco-Iris, Bastos, Herculândia, Iacri, João Ramalho, Parapuã, Quatá, Queiroz, Quintana, Rinópolis e Tupã
Lei de criação nº: 7.729/89
Data de instalação: 26/2/2014

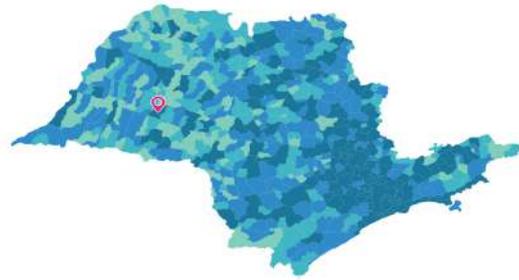
Informações da localidade:

Localizado no interior do estado de São Paulo, Tupã é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 63.928 pessoas.



Fonte: TupãCity

#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Tupã.

Faixa de Movimentação Processual [751 a 1000 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de **Julho**, foram distribuídos **858** processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 22 a 27/8/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 9/2022 a 5/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 7/2023 a 7/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Fomentar a conversão do processo para o regime do “Juízo 100% Digital”, à vista da expressiva realização de audiências na modalidade telepresencial.
	Necessidade de gerir a pauta de audiências, com foco na redução do lapso temporal dos prazos para realização de audiências de instrução de ações de procedimento sumaríssimo.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Necessidade de gerir os processos nas tarefas, com utilização adequada da ferramenta GIGS.
	Implantação da utilização de <i>link</i> único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
	Sugere-se avaliar a viabilidade de encaminhamento de uma maior quantidade de processos da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, com potencial conciliatório para o CEJUSC.
	Aumento expressivo na solução dos processos por conciliação, na fase de conhecimento, em relação ao período correicional anterior, resultando numa significativa melhora da taxa de conciliação líquida.



Vara do Trabalho de Tupã

	Necessidade de gerir a resolução de incidentes na fase de cumprimento de sentença, na medida de suas oposições e visando à redução de pendências.
	Necessidade de gerir o acervo de processos aguardando a realização da 1ª audiência, com foco na sua redução.
	A redução do prazo médio da distribuição até a realização da 1ª audiência e da distribuição ao encerramento da instrução, conjugada com a redução da idade média desses acervos são indicativos de adequada gestão, com fotos nos processos mais antigos.
	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, com oportunidade para considerar um planejamento para melhora do indicador.
	Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo os pendentes de baixa e a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em relação ao período anterior.
	Necessidade de condução da gestão para elevar a baixa de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, a fim de ensejar a redução do acervo da fase e conseqüentemente baixar a taxa de congestionamento.
	Redução da idade média e do prazo médio dos processos da etapa execução forçada.
	Necessidade de que a suspensão da etapa de execução forçada ocorra com o encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento" e não por arquivamento provisório.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para análise dos mandados devolvidos, diante da quantidade e da data apurada como mais antiga.
	Necessidade de gerir o tempo de expedição de Requisições de Pequeno Valor ou Precatórios - RPV.



Vara do Trabalho de Tupã

	Necessidade de adequação dos procedimentos para realizar o sequestro de valores, em caso de não pagamento tempestivo da requisição de pequeno valor pelo ente público, conforme determinado na Ata de Correição Ordinária deste Regional, no ano de 2024.
	Necessidade de aprimorar a utilização do Sistema GPrec.
	Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.



Vara do Trabalho de Tupã



A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O IGEST da Unidade teve variação geral bastante positiva sendo influenciado principalmente pelos mesoindicadores Acervo (diminuição dos processos pendentes) e Força de Trabalho (aumento de processos baixados por servidor).

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.



3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



As iniciais são feitas integralmente de forma telepresencial. As instruções são feitas da mesma forma quando há requerimento das partes, o que ocorre com frequência.



Atualmente, estão em andamento 1.241 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 293 estão na fase de conhecimento.



Audiência designada como telepresencial nos processos 0010143-68.2024.5.15.0065 e 0010200-86.2024.5.15.0065, sem opção pelo "Juízo 100% digital" pela parte autora no ajuizamento.



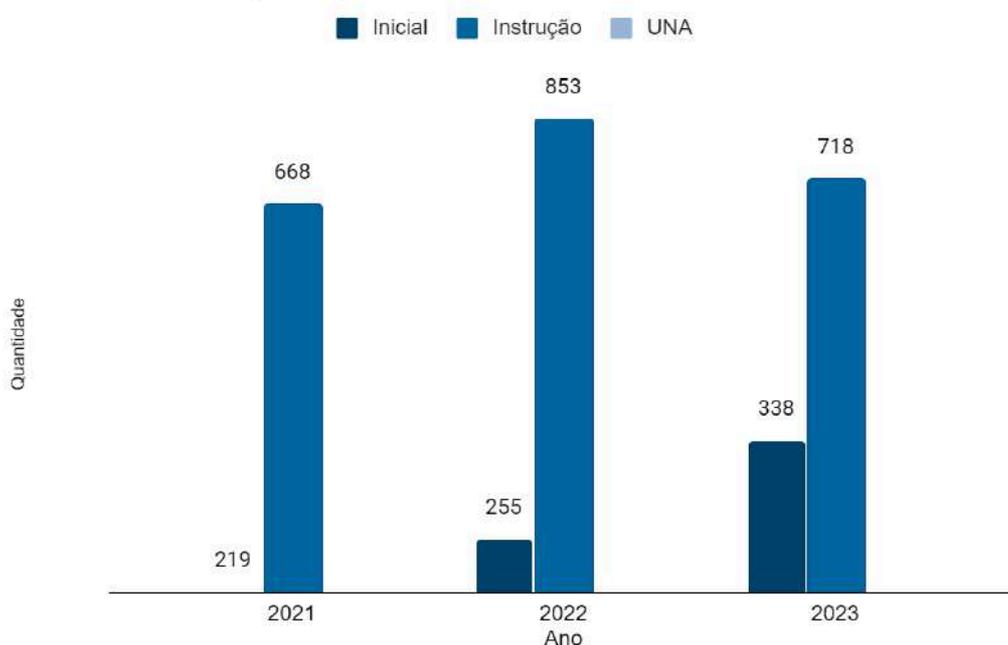
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



Vara do Trabalho de Tupã



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Grande quantidade de audiências canceladas, com conseqüente retrabalho para a Secretaria.



Os cancelamentos ocorreram por remanejamento da pauta para readequação, com ampliação das instruções realizadas e diminuição do prazo.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 10/10/2024;
- Iniciais do rito ordinário: 10/10/2024;
- Unas do rito sumaríssimo: –
- Unas do rito ordinário:--
- Instruções do rito sumaríssimo: 13/2/2025;
- Instruções do rito ordinário: 13/2/2025.

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



Vara do Trabalho de Tupã

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 27/8/2024 por amostragem, referente à semana de 23 a 27/9/2024

	Sala 1		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	22	22
UNA (Ord/Sum)	-	-	-
INS (Ord/Sum)	8	8	16
Conciliação (CON)	-	-	-
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-
TOTAL	38		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	-	✓	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



Designam-se audiências INICIAIS em algumas segundas-feiras.



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 27/8/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
SALA 1 - PRINCIPAL			
INICIAIS/Sum	91	45	11/10/2024
INICIAIS/Ord	91	43	9/10/2024
UNAS/Sum	-	-	-
UNAS/Ord	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	133	147	21/1/2025
INSTRUÇÕES/Ord	155	168	11/2/2025
CONCILIAÇÃO	-	-	-

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.

	Nos processos 0011169-04.2024.5.15.0065, 0011380-40.2024.5.15.0065 e 0010528-16.2024.5.15.0065 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.
	Necessidade de priorização das audiências de instrução do rito sumaríssimo.



3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	127,66
Exceto Rito Sumaríssimo	144,72

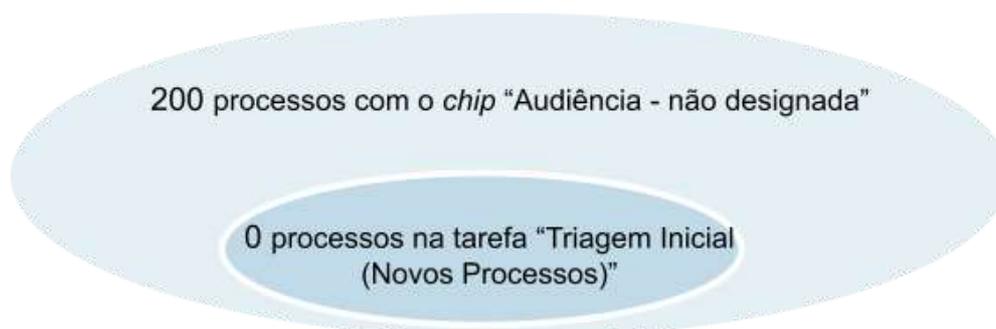
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 22/8/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências. Excepcionalmente incluídos em pauta de instrução os casos nos quais há perícia, quando as partes justificam a necessidade.

Quanto ao percentual estimado de processos com ente público que tramitam na Unidade, recentemente não foi feito este levantamento, não sabendo estimar.





Dentre os processos com o *chip* “Audiência não designada”, há alguns cujas audiências foram realizadas recentemente e pendem de prosseguimento (0010016-33.2024.5.15.0065 e 0011127-86.2023.5.15.0065). Há caso de concessão de prazo para manifestação das partes e aguarda análise do Juízo (0010082-13.2024.5.15.0065, desde 5/6/2024, com prazo já vencido e sem qualquer ferramenta GIGs para controle) e, também, de concessão de prazo para réplica, ainda, determinando que se aguarde “eventual defesa do Município de Tupã”, mas sem qualquer prazo e, sem controle por ferramenta de gestão (0011124-97.2024.5.15.0065). Por fim, dentre outros, há aqueles em que figuram entes públicos, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes, como 0011106-13.2023.5.15.0065 e 0010999-32.2024.5.15.0065.



Não há processos na tarefa “Triagem Inicial”.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.

3.1.6. Agenda do Magistrado

Fonte: Agenda institucional dos Magistrados (consulta em 22/8/2024)



[Clique aqui para a agenda do Juiz Titular](#)

[Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto Móvel](#)



O Juiz Titular informou na agenda o licenciamento para exercício de mandato associativo e o Juiz Substituto informou trabalho presencial em três dias da semana.



As informações referentes à escala de comparecimento à unidade jurisdicional a que estão vinculados deverão ser prestadas mensalmente, até o dia 20 de cada mês, relativamente ao mês subsequente, conforme dispõe o normativo regional.



3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0011228-26.2023.5.15.0065 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Tupã

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Após a publicação do normativo, passaram a utilizar o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.

A sala de espera está configurada de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

E, o secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.

	Consulta por amostragem na pauta do dia 19/9/2024, nos processos 0010483-12.2024.5.15.0065 e 0011322-37.2024.5.15.0065, cujas audiências foram designadas em 2/5/2024 e 6/8/2024, respectivamente, corroboram a informação do uso do <i>link</i> único.
---	---

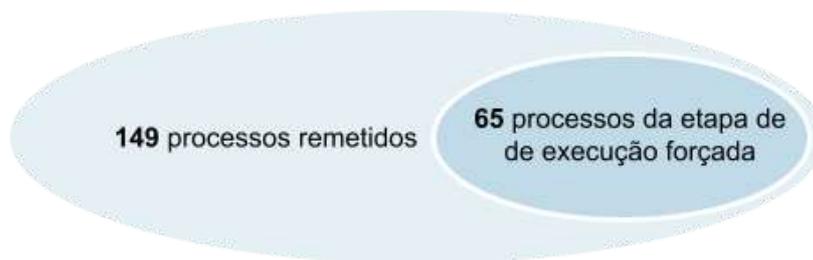


VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de Presidente Prudente



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



O CEJUSC é utilizado em todas as fases, embora com menor incidência da fase de conhecimento, quando os processos são enviados, em sua maioria para ratificação ou ajuste dos termos do acordo.

Nas fases de liquidação e execução é feita a análise de probabilidade de composição entre as partes para remessa.





Constata-se o envio de um menor número de processos ao CEJUSC para tentativa de conciliação na fase de Cumprimento de Sentença.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

34% → 47%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



O aumento proporcional da quantidade de acordos homologados em relação ao total de soluções resultou na elevação da Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	9/2022 a 5/2023	7/2023 a 7/2024
Acordos Realizados	239	613
Média Mensal de Conciliação	26,56	47,15



Significativa elevação na média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior



VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspensão do processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito (“classe processual”) de “nome da parte” com “resultado do julgamento”, e o valor para o complemento “resultado do julgamento” 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo:
 - movimento “11013 - Suspensão do processo por convenção das partes”.

3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

Período Correicional	9/2022 a 5/2023	7/2023 a 7/2024
Acordos Realizados	36	40
Média Mensal de Conciliação	4	3,8

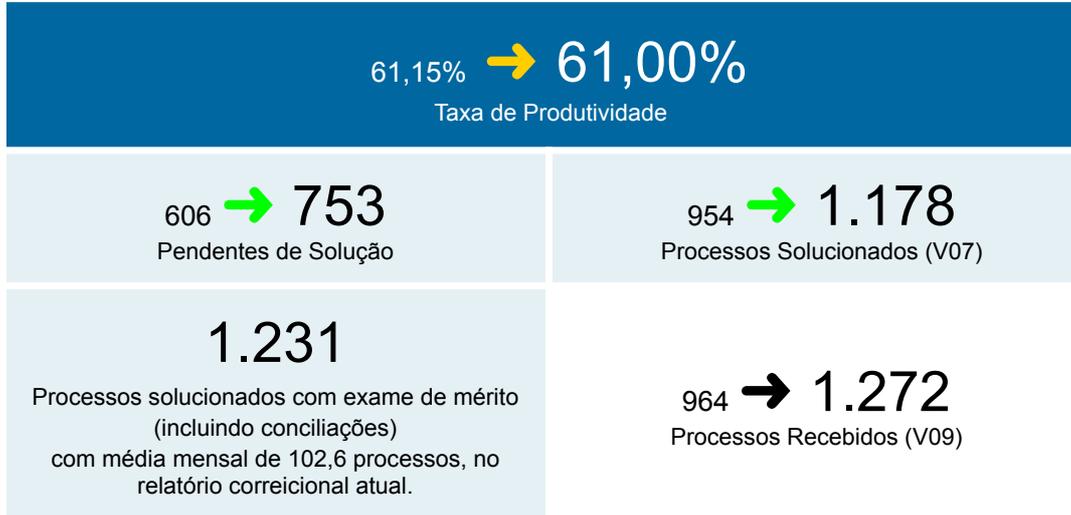


Estagnação da média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.



3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.



	Embora a quantidade de processos solucionados tenha sido maior que a do período correicional anterior, proporcionalmente, foram solucionados menos processos que recebidos, corroborando para a estagnação da taxa de produtividade.
	Houve elevação dos processos solucionados, comparado ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribui para a Taxa de Produtividade.



3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - item 90.055



Foram proferidas 36 sentenças líquidas no último período correicional.



São proferidas em caso de menor complexidade.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	239	158	99

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos concluídos com prazo vencido)

1.464 → 1.517 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
190 → 378 Processos Aguardando a 1ª Audiência	390 → 300 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
71 → 69 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	214 → 127 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
99 → 73 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	254 → 136 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
13 → 0 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Elevação significativa na quantidade de processos aguardando a 1ª audiência, bem como os pendentes de finalização na fase de Conhecimento.



Redução da idade média dos processos da distribuição até a primeira audiência e daqueles da distribuição da ação ao encerramento da instrução, evidenciando a priorização dos processos mais antigos.

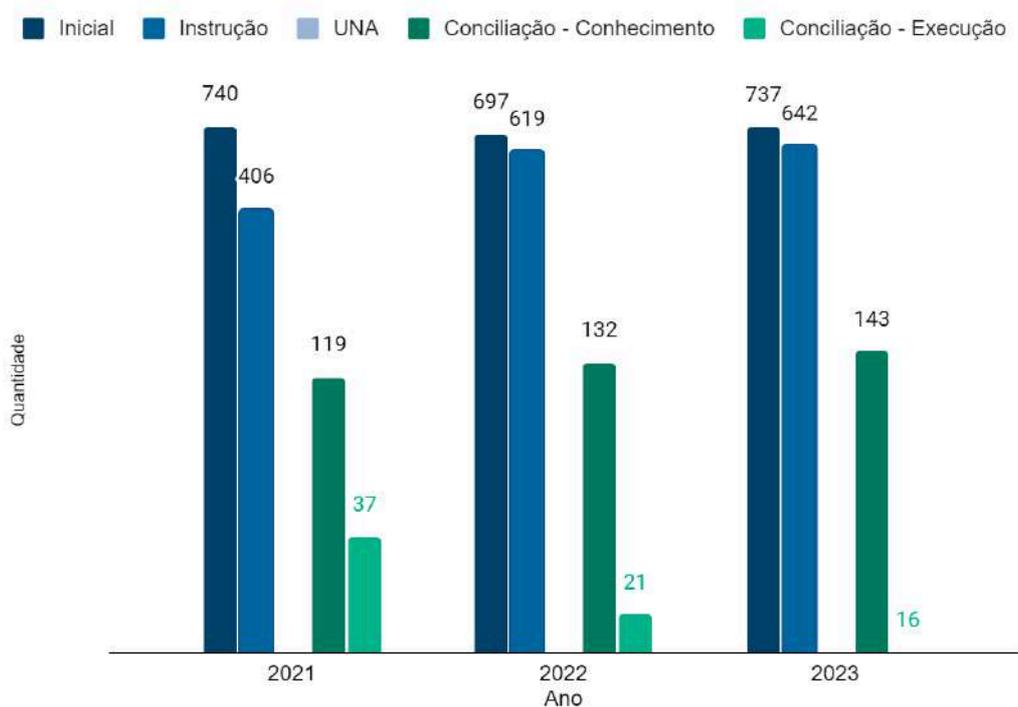


VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos concluídos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.



Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V04)**

273,8 → 244,66



Vara do Trabalho de Tupã



Diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.



Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, todavia superior a 200 dias.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório correicional, item 4.1 e IGEST - TST.

52,33% → 42,98%
Taxa de Congestionamento

931 → 891
Pendientes de Baixa (V02)

848 → 1.182
Processos Baixados (V12)

964 → 1.272
Processos Recebidos (V09)



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.



Redução dos processos pendentes de baixa e aumento dos processos baixados, resultando numa relevante queda do congestionamento na fase em relação ao período anterior.



Nota-se o aumento dos processos baixados, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença.



VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.

	Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário (0010966-76.2023.5.15.0065) e agravo de petição (0035600-35.2006.5.15.0065).
	A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0011065-12.2024.5.15.0065.
	A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0010621-76.2024.5.15.0065.
	Nos processos 0011061-72.2024.5.15.0065 e 0011080-78.2024.5.15.0065, foi observada a indicação exata do local da perícia, bem como do objeto a ser periciado.
	Constata-se a ausência do CPF do reclamante no cadastro do sistema PJe no processo 0011050-77.2023.5.15.0065, mesmo constando nos autos o documento da parte.
	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGs “CON - Meta 2 - prioridade” no processo 0010951-49.2019.5.15.0065 e de GIGs “CON - Razões Finais” no processo 0010589-76.2021.5.15.0065.



VALE LEMBRAR:

➤ O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.

➤ No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.

Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão

648 → 1.159
Pendentes de finalização

163,4 → 152,68
Prazo Médio na Liquidação (em dias) (90.417)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Elevação dos processos pendentes de finalização em comparação ao período correicional anterior.



Redução do prazo médio na etapa de liquidação em comparação ao ano anterior.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.

	Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada comparado ao ano anterior.
	Elevação do número das execuções encerradas, nada obstante a elevação de execuções iniciadas.
	Os cinco processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.



VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.



5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

346 → 303

Processos da execução no Arquivo Provisório



Houve redução na quantidade de processos arquivados provisoriamente, no entanto subsiste a necessidade de que a suspensão de execução ocorra por sobrestamento.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.

78,79% → 81,71%
Taxa de Congestionamento

359 → 652

Execuções iniciadas (90.329)

283 → 319

Processos Baixados (90.381)

1.051 → 1.425

Pendentes de Baixa (90.383)



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Elevação dos processos pendentes de baixa frente ao processos baixados que também se elevaram, embora em menor proporção, resultando no aumento do congestionamento na fase em relação ao período anterior.



VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo.

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

- ➔ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0010386-98.2018.5.15.0072 e 0010045-88.2021.5.15.0065 por meio do sistema SIF/SISCONDJ.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar dos processos 0010601-22.2023.5.15.0065 e 0010180-32.2023.5.15.0065 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010186-73.2022.5.15.0065 e 0010529-45.2017.5.15.0065 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para “Aguardando Final do Sobrestamento”, no processo 0010168-91.2018.5.15.0065, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0010087-74.2020.5.15.0065, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
✓	Constata-se da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010047-87.2023.5.15.0065. Além disso, observa-se a inclusão do valor apurado nas obrigações de pagar do processo.



Vara do Trabalho de Tupã

	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS “LIQ - acordo - conhecimento (com a data do vencimento)” no processo 0010503-03.2024.5.15.0065 ou “LIQ - acordo - liquidação no processo 0010204-65.2020.5.15.0065.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS “EXE - sobrestamento - recuperação judicial/falência” nos processos 0010514-08.2019.5.15.0065 e 0010660-78.2021.5.15.0065. Já no processo 001040149.2022.5.15.0065 não se verificou o cadastramento de nova atividade de GIGS “EXE - sobrestamento - reunião de execução” e no processo 0010261-78.2023.5.15.0065 o GIGS “EXE - sobrestamento - exigibilidade suspensa”.
	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010288-45.2020.5.15.0072 (redistribuído da VT de Rancharia em 21/2/2022), foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 7/2023 a 7/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
79	28/5/2024	2.441	1	16/7/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

	Necessidade de saneamento. A ferramenta eletrônica já foi utilizada, por amostragem, no processo 0010547-61.2020.5.15.0065, mas pendem com o chip "SISBAJUD-protocolar"
	Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito, pendente desde maio/2024.



VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Presidente Prudente (consulta em 27/8/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	14	5/6/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.

	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos, o mais antigo trata-se do processo 0010143-73.2021.5.15.0065.
	Foram utilizadas, no processo 0010457-19.2021.5.15.0065, as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: PENHORA ONLINE, RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.



5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de Presidente Prudente (consulta em 27/8/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Carlos dos Santos Caldeira	4	-
TOTAL	4	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 30 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



Na Ordem de Serviço nº 1/2024 (Parametrização local da Vara do Trabalho de Tupã) o prazo para cumprimento das diligências não foi definido, sendo observado o prazo previsto na Ordem de Serviço CR nº7/2024.



O oficial da unidade cumpre os mandados e desenvolve seu trabalho com excelência, sempre se reportando ao gestor da unidade, informando eventual atraso de forma justificada - sempre em decorrência das particularidades do processo. Não é necessária gerência específica ou qualquer cobrança no particular ante ao trabalho primoroso. Ademais, temos um único oficial para atender uma vasta área.



Não há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido.



5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Carlos dos Santos Caldeira	480

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade não procede venda direta por meio de corretor particular.

5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC	O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.
	Há nove processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 2/7/2024 (0010522-53.2017.5.15.0065).
	Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC.
	Por amostragem, observa-se nos processos 0010194-94.2015.5.15.0065 e 0010170-22.2022.5.15.0065, que na RPVs autuadas, em 26/2/2024 e vencida em 24/5/2024, não foi determinado o sequestro dos valores devidos.
	Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPV/Precatório por já quitados, como nos processos 0010316-972021.5.15.0065, 0010515-22.2021.5.15.0065 e 0010076-11.2021.5.15.0065. Este último encontra-se arquivado definitivamente.



5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 14/8/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



5.9. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)

Gestão de execuções
Processos antigos
Diagnóstico
Treinamento, Qualificação, Escola Judicial
Eficiência
Soluções específicas

Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:



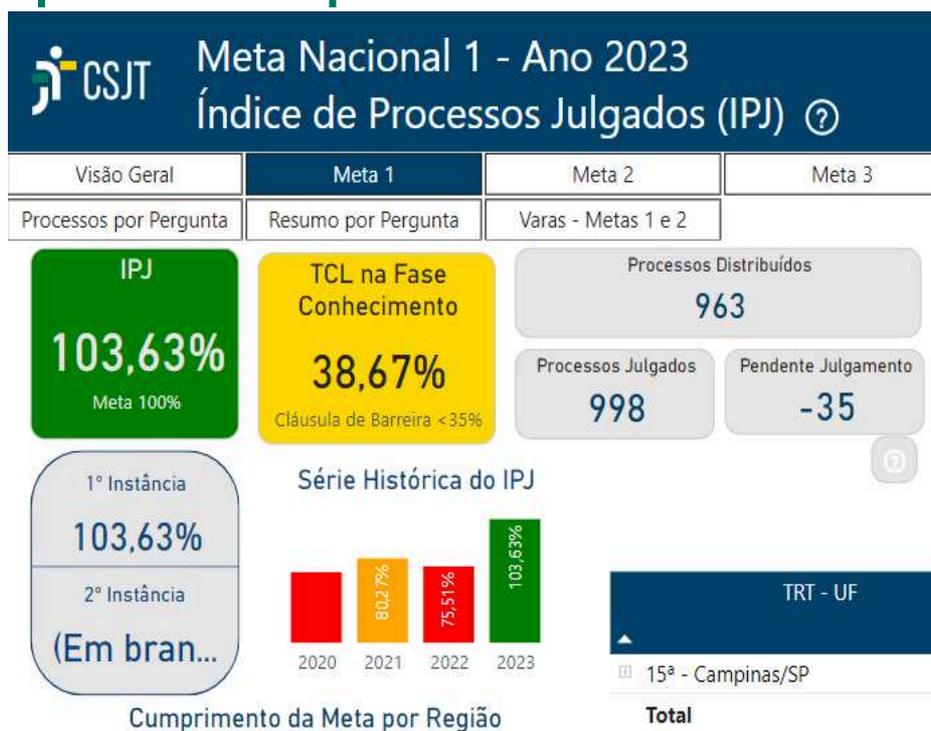
Apresentação (25/7/2024)

- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.

6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 27/8/2024

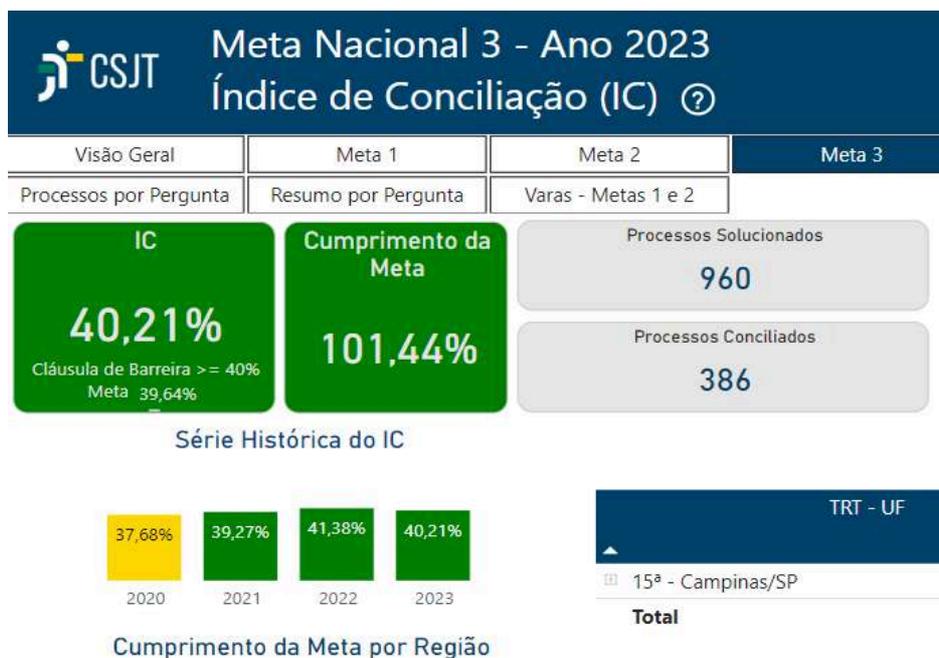
6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

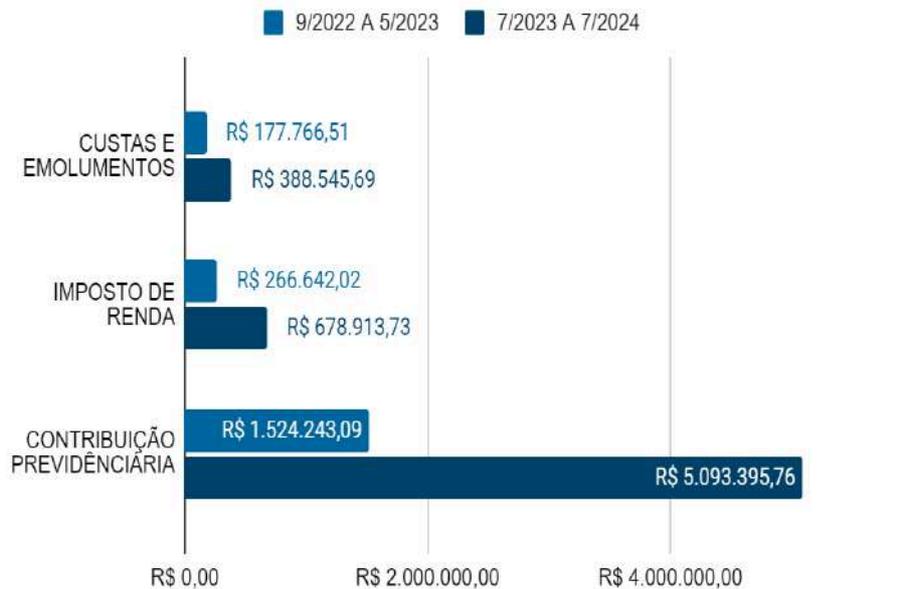


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Cumprimento da Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
	Variação favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento.
	Variação não favorável das pendências de baixa na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Variação favorável, com possibilidade de melhorar, pois o prazo médio na fase de conhecimento ultrapassa 200 dias.
	Variação favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Variação favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade fica autorizada a utilizar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.



MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"



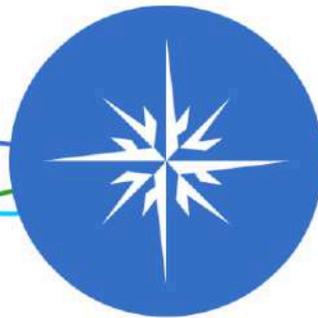


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



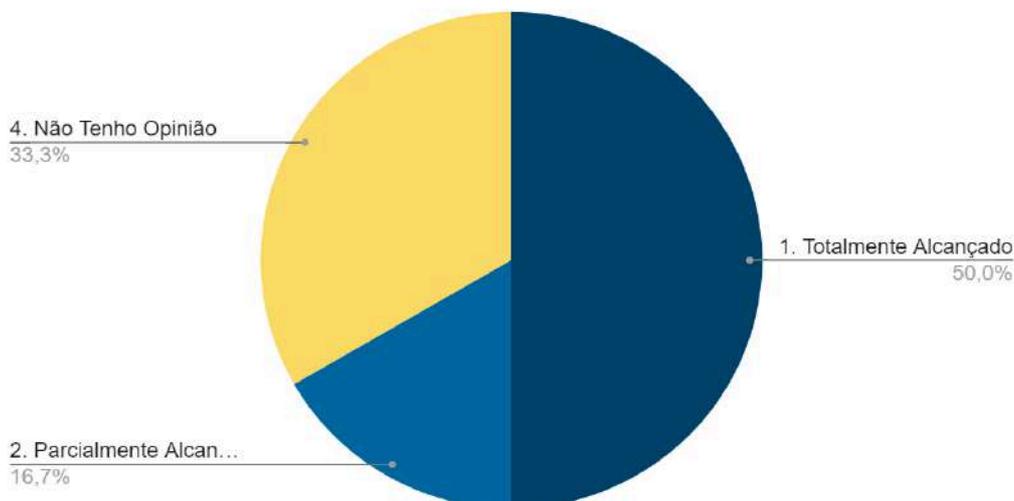
Ocorrências

	Participou, presencialmente, o Juiz Substituto Renan Martins Lopes Belutto.
---	---

	Justificada a ausência do Juiz Titular Sérgio Polastro Ribeiro.
---	---

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.



Atendimentos



Advogado Robson Marcelo Manfre Martins
OAB/SP nº 209.679

Advogado Gabriel Audácio Ramos Fernandez
OAB/SP nº 405.335



Parte Sindicato dos Empregados Rurais de Bastos
Representantes Maurício Pedroli, Presidente, RG 9.640.454 e CPF 825.097.198-15, e Oriel de Godee, Tesoureiro, RG 20631726 SSP/SP e CPF 076.849.938-01.

Elogios



A Corregedoria Regional consigna elogios ao magistrado, servidoras e servidores, visto que os índices alcançados demonstram o empenho da Unidade na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho.

Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 17 de setembro de 2024, às 12 horas, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vladimir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





RELATÓRIO CORREICIONAL

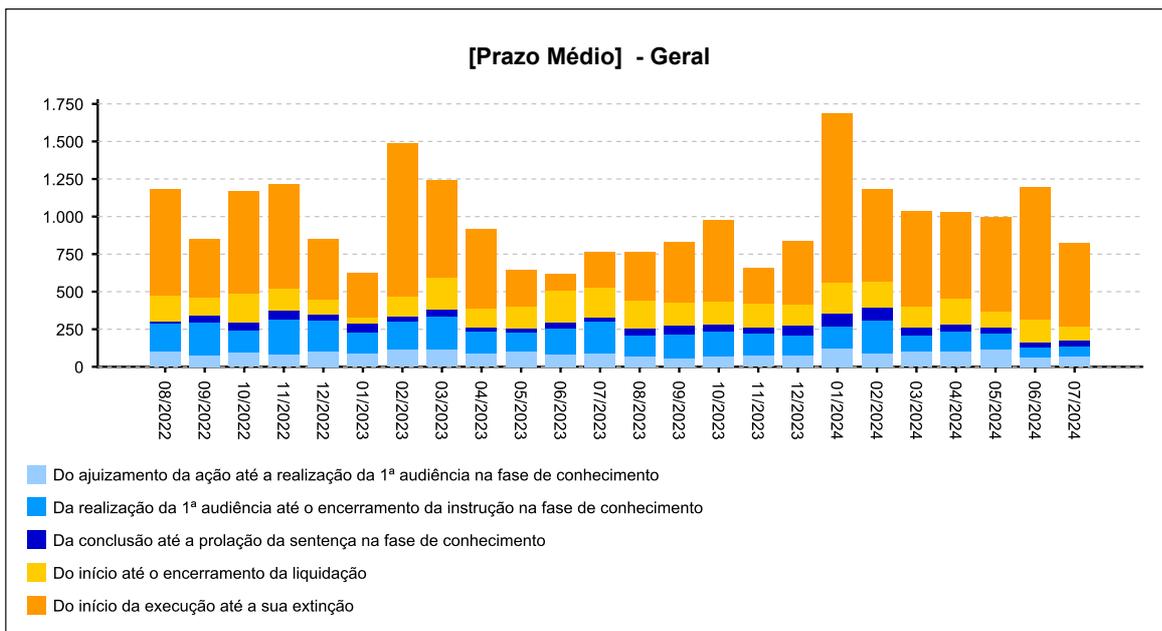
VARA DO TRABALHO DE TUPÃ - 0065
[751 a 1000 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 7.729/89
Data de Instalação: 01/12/1990
Data de Instalação do PJE: 26/02/2014
Data da Última Correição: 13/07/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

- [1 - TITULARIDADE](#)
- [2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)
- [3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)
- [3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)
- [3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)
- [3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)
- [4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)
- [5 - PRAZOS MÉDIOS](#)
- [6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)
- [7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)
- [8 - RECURSOS](#)
- [9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)
- [10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)
- [11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)
- [12 - ARRECADAÇÃO](#)
- [13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)
- [14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

[Voltar](#)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
SERGIO POLASTRO RIBEIRO	19/05/2023

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/05/2023 a 01/02/2024	PRESIDENCIA DE ASSOCIAÇÃO DE CLASSE LC 35/79 -
28/09/2023 a 04/10/2023	FÉRIAS
30/11/2023 a 30/11/2023	FÉRIAS
18/01/2024 a 18/01/2024	FÉRIAS
02/02/2024 a 09/02/2024	LICENÇA LUTO - MAGISTRADO - ATÉ 08 DIAS
10/02/2024 a 20/08/2024	PRESIDENCIA DE ASSOCIAÇÃO DE CLASSE LC 35/79 -
17/02/2024 a 26/02/2024	FÉRIAS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/07/2023 a 17/08/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES	12/07/2024 a 14/07/2024

Afastamentos: Não houve





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/07/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALINE BIELAWSKI HAYASHI	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	10/11/2014
ANTONIO BALBO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	14/02/2005
CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	AJ-OJA	-	27/12/1990
CRISTIANE APARECIDA BONANATO ZILLIG	REQ	FC-01 EXECUTANTE	05/07/2022
GISELI MARTINS RODRIGUES MALLIO	TJA	-	08/08/2022
LUIS HENRIQUE PEREIRA MARTIN	AJJ	-	27/06/2022
MICHELLE APARECIDA PEREIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	30/05/2022
SORAIA RAQUEL SATO KAWANO	AJA	FC-04 CALCULISTA	06/06/1997
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [07/2023 a 07/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
AFASTAMENTO PARA CURSOS, CONGRESSOS E AFINS - SEM INTERRUÇÃO DE BENEFÍCIOS	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - REQUISITADO RPPS - INDETERMINADO	12
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	368
TOTAL	382





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/07/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANNA LAURA LAURENTINO VIDOTTI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/04/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [31/07/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
SERGIO POLASTRO RIBEIRO	64

SERVIDORES	HORAS
ALINE BIELAWSKI HAYASHI	126
ANTONIO BALBO	16





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

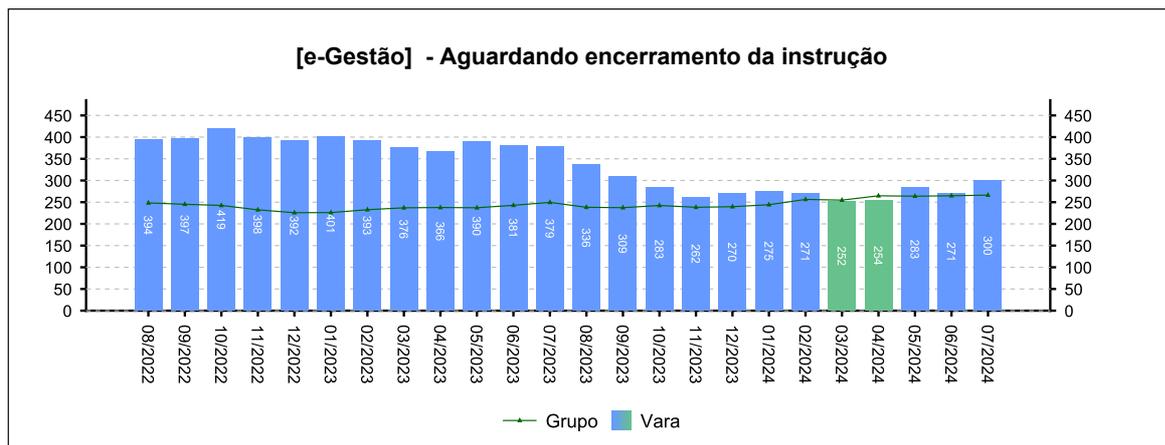
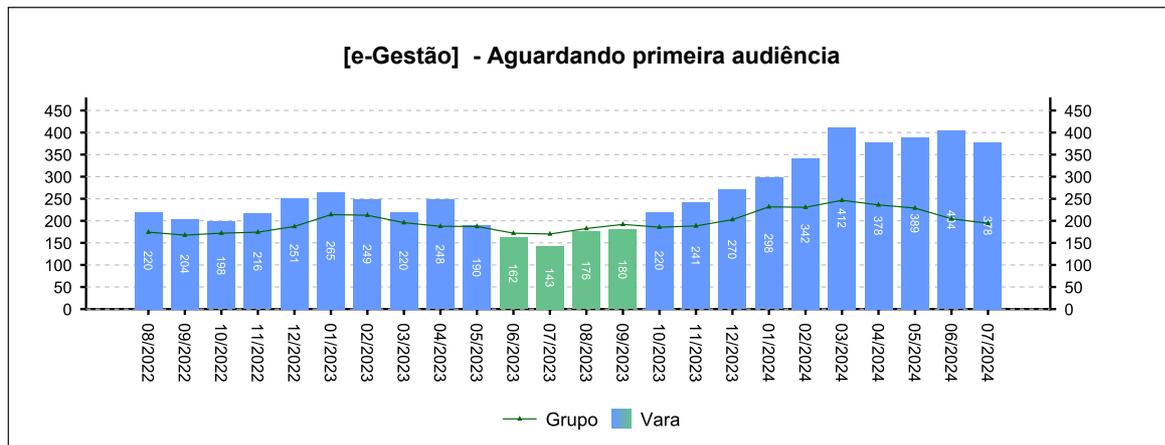
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	378	194	---
Aguardando encerramento da instrução	300	266	---
Aguardando prolação de sentença	75	40	---
Aguardando cumprimento de acordo	9	29	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	755	610	---
Pendentes de finalização	1.517	1.138	---

Período: 07/2023 a 07/2024

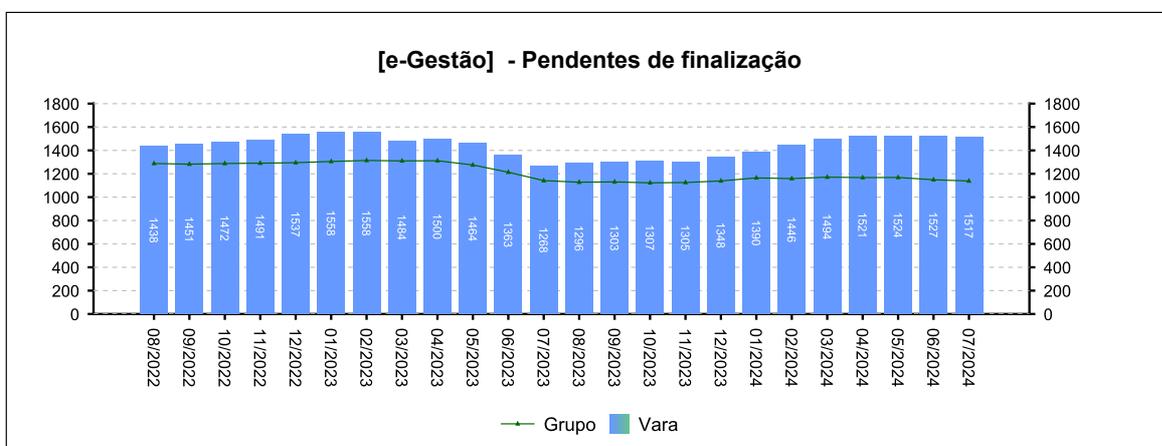
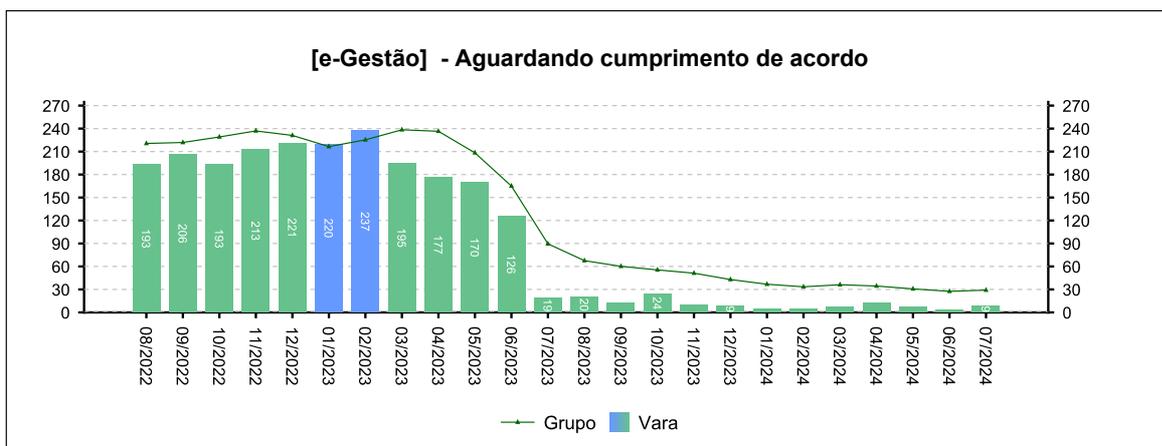
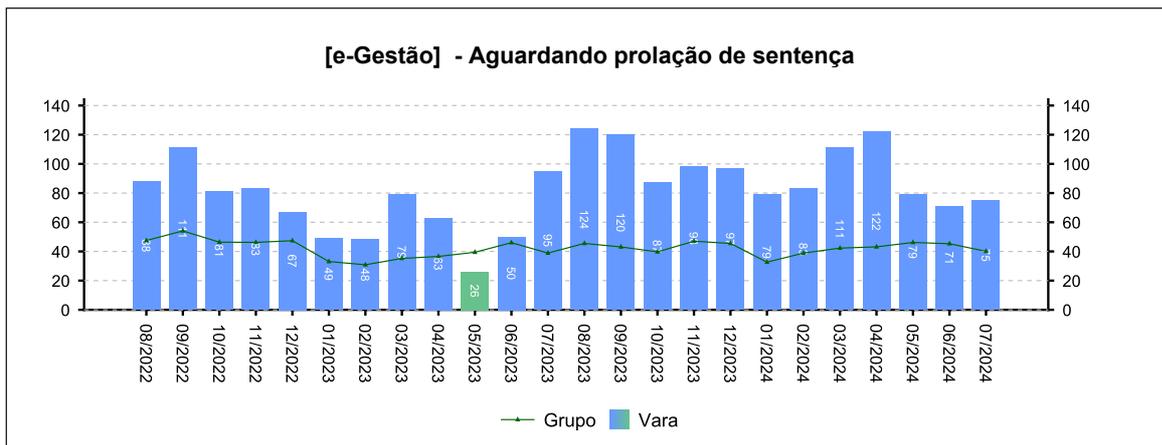




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





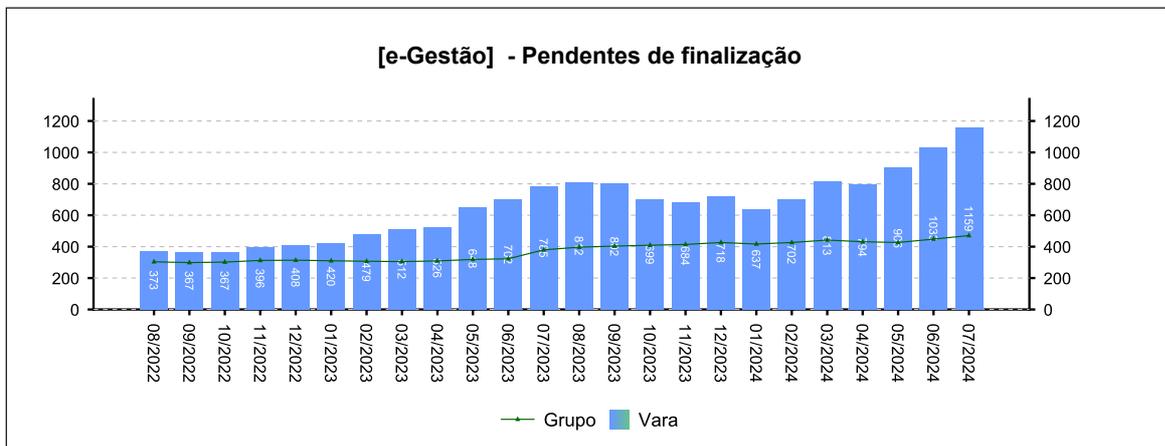
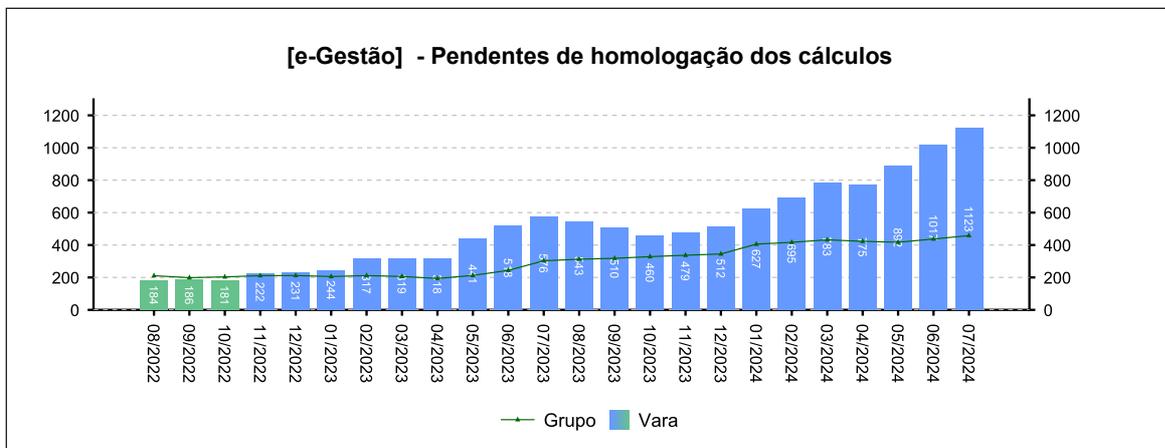
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	1.123	458	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	36	13	---
Pendentes de finalização	1.159	471	---

Período: 07/2023 a 07/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





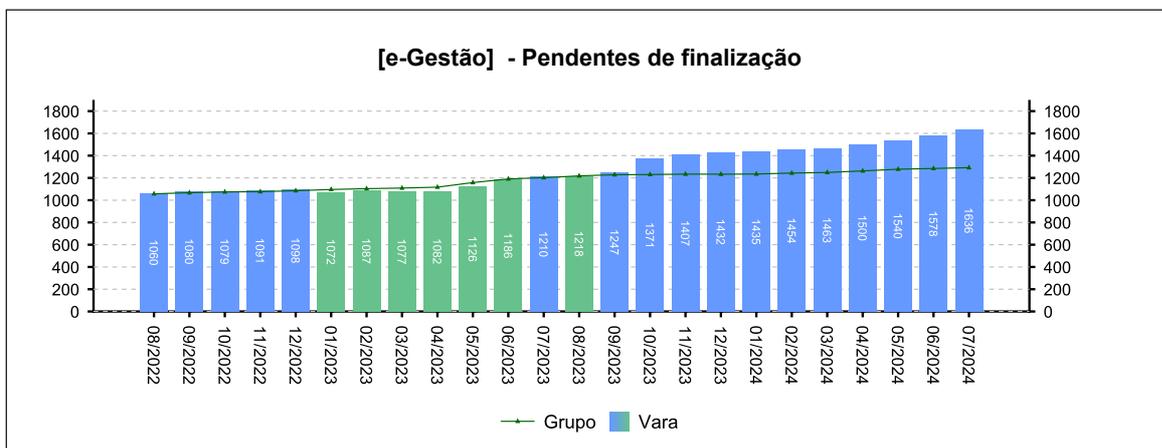
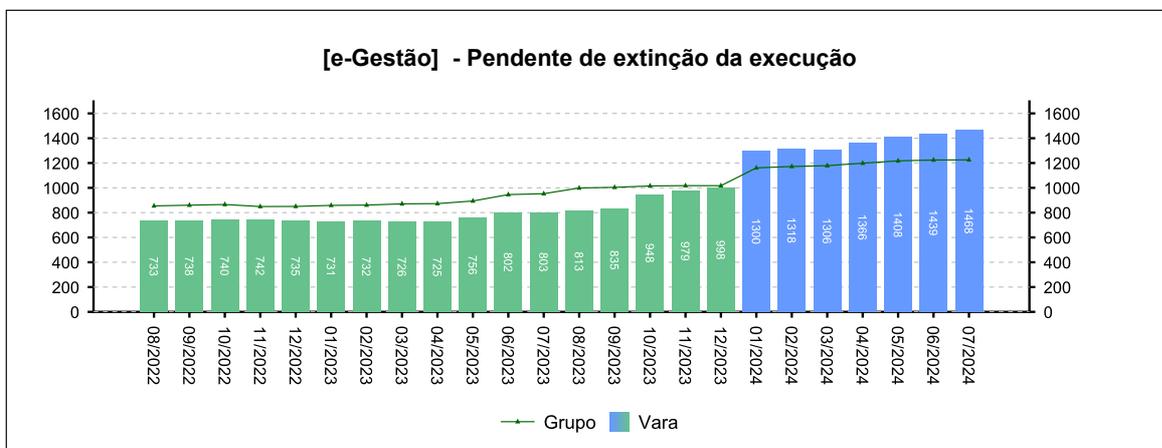
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	1.468	1.226	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	168	67	---
Pendentes de finalização	1.636	1.292	---

Período: 07/2023 a 07/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





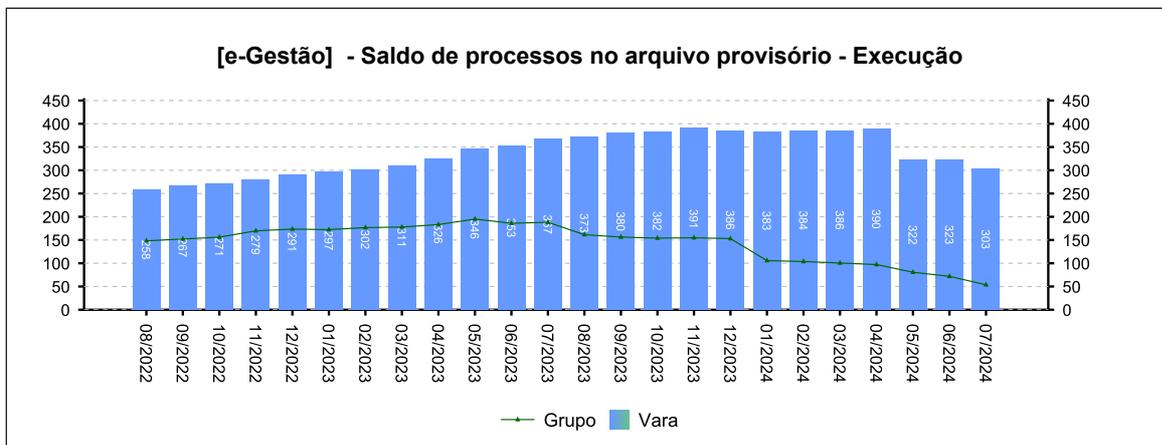
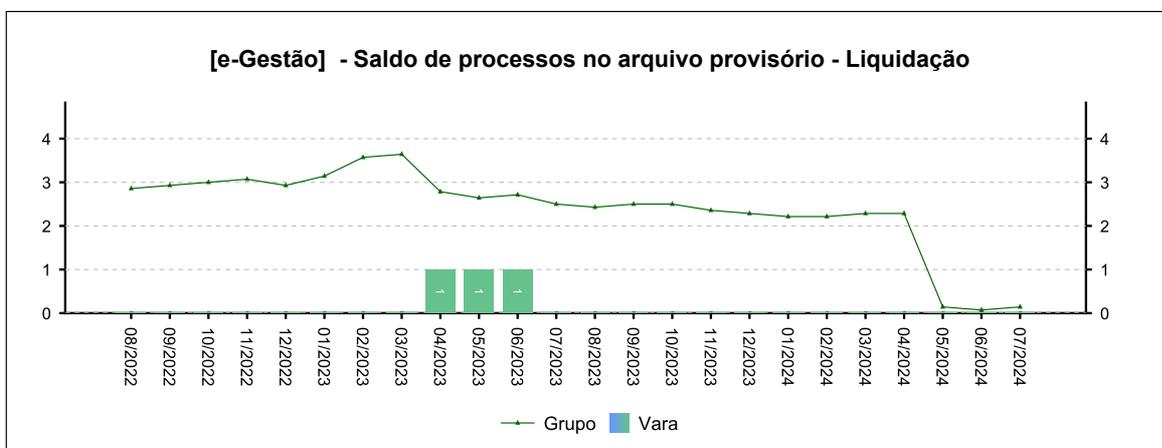
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	0	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	303	54	---

Período: 07/2023 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.517	1.138	---
Pendentes de finalização - Liquidação	1.159	471	---
Pendentes de finalização - Execução	1.636	1.292	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	0	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	303	54	---
TOTAL:	4.615	2.955	---

Período: 07/2023 a 07/2024





[Voltar](#)

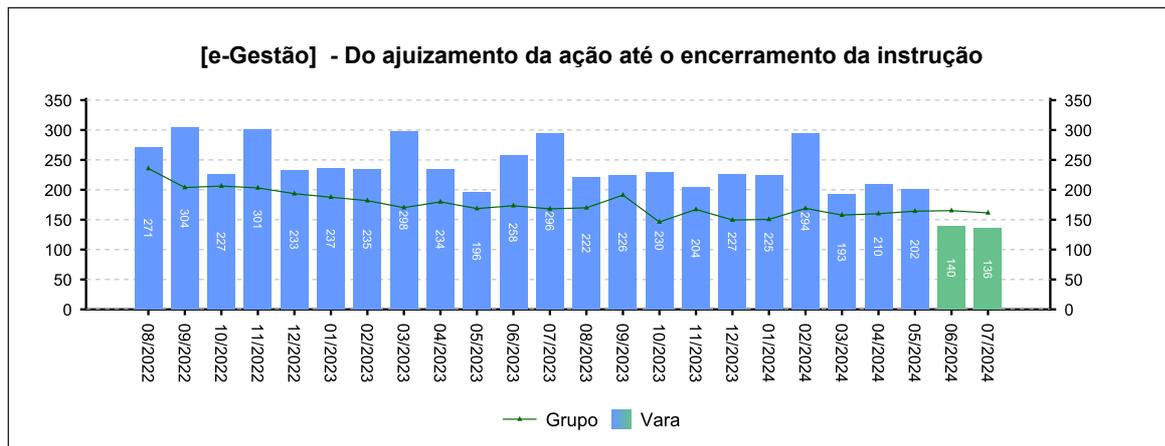
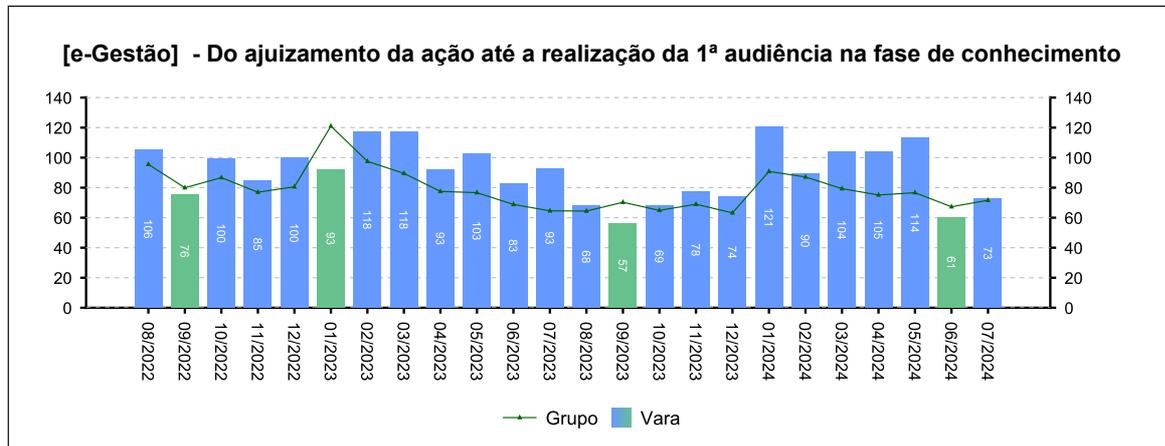
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.099	83	72	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.267	207	164	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.223	235	177	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	709	50	25	---

Período: 07/2023 a 07/2024

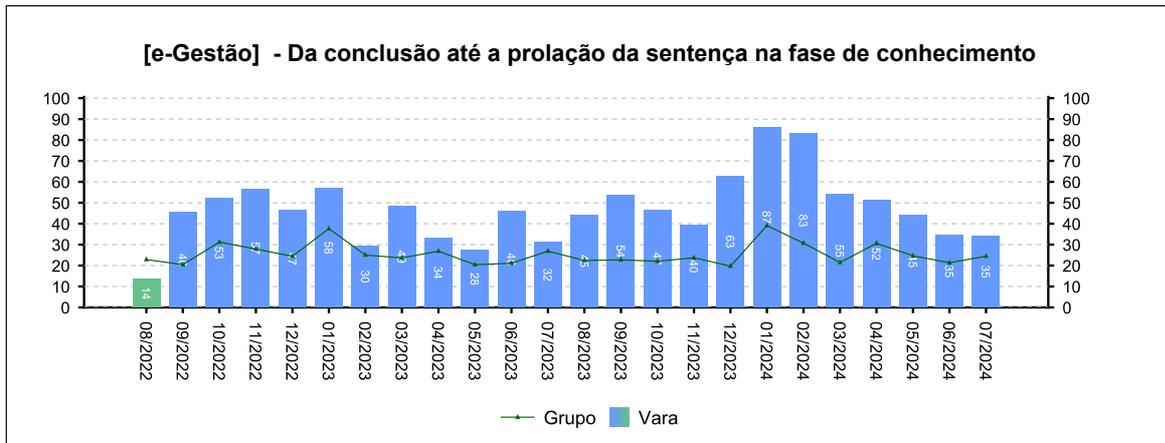
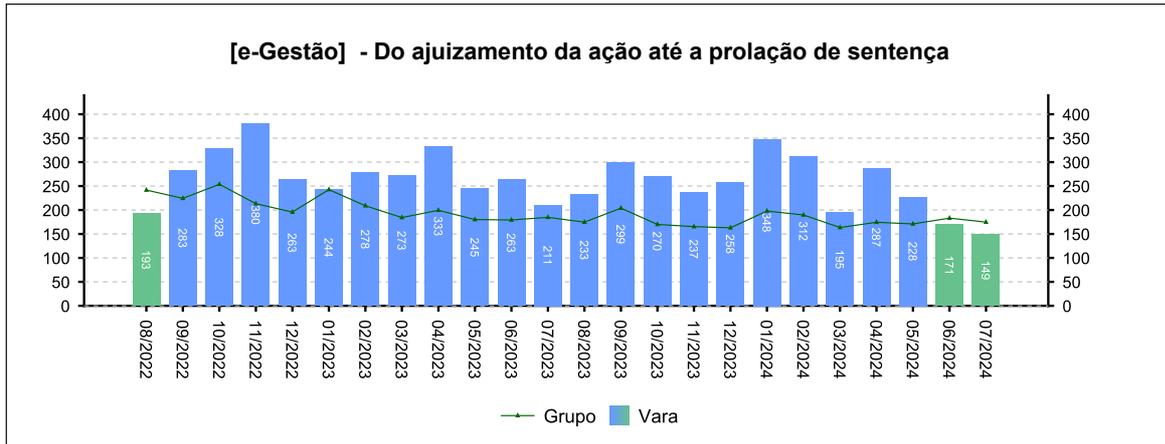




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
 Consulte os painéis do TST



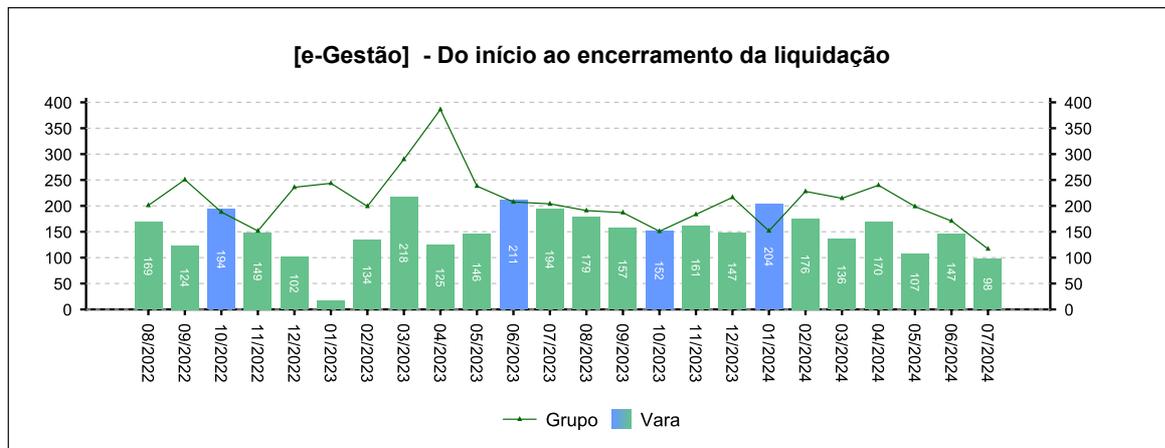


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	917	152	189	---
<i>Período: 07/2023 a 07/2024</i>				



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
 Consulte os painéis do TST





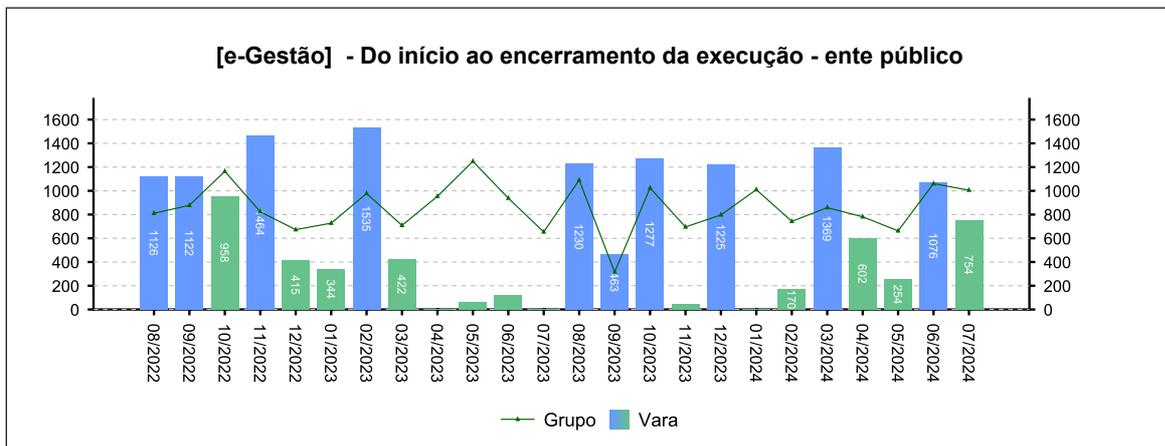
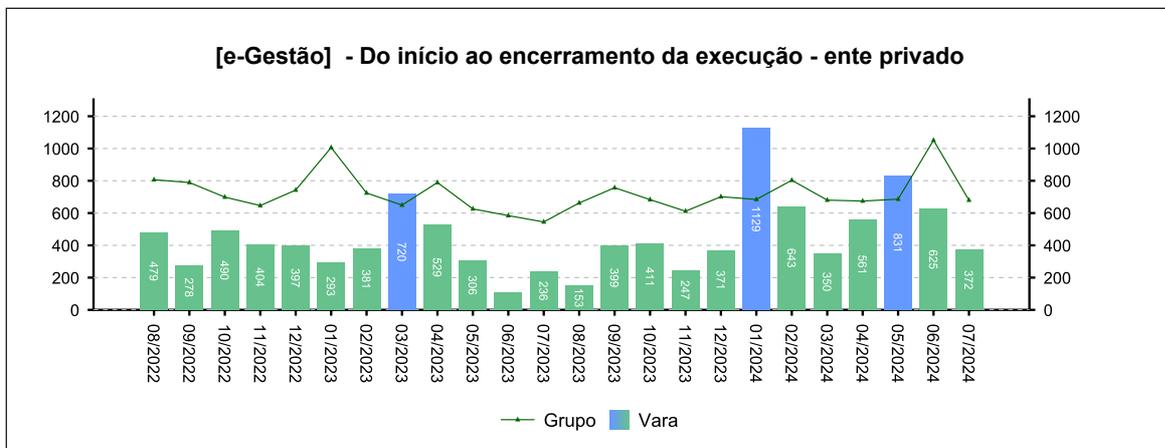
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	235	420	713	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	71	922	813	---
Total / Média	306	536	741	---

Período: 07/2023 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

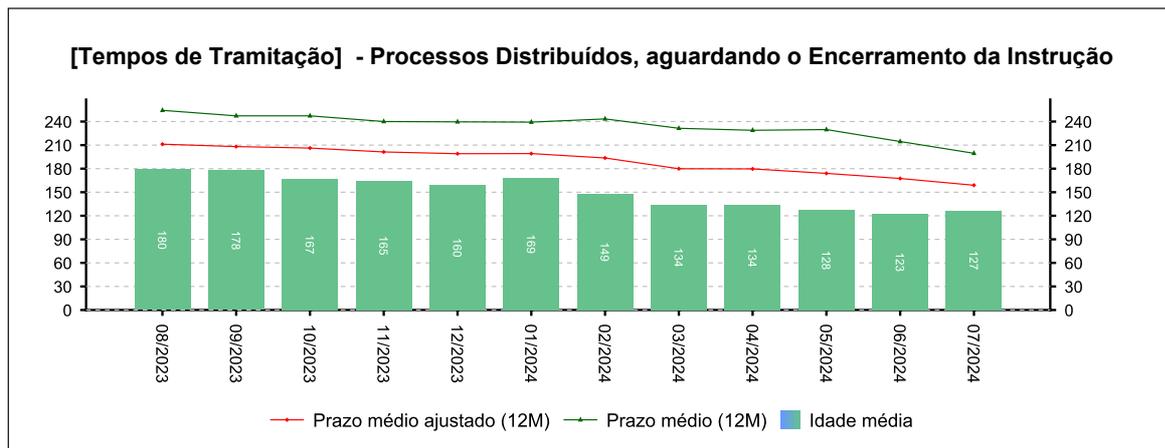
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010985-92.2017.5.15.0065	20/02/2018	17/10/2017	2.479
0010132-44.2021.5.15.0065	28/04/2021	04/03/2021	1.245
0010792-38.2021.5.15.0065	09/08/2022	03/11/2021	1.001
0010010-94.2022.5.15.0065	25/04/2022	13/01/2022	930
0010549-60.2022.5.15.0065	29/08/2022	27/07/2022	735

Período: até 07/2024



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





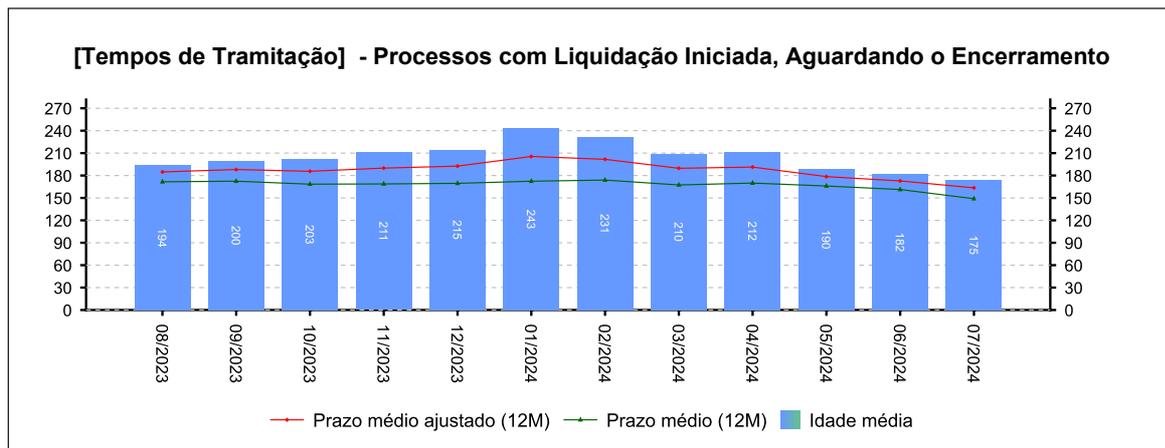
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0080800-46.1998.5.15.0065	30/03/2012	25/09/1998	4.506
0036700-25.2006.5.15.0065	18/09/2017	01/06/2006	2.508
0000342-51.2012.5.15.0065	13/12/2017	04/05/2012	2.422
0010355-36.2017.5.15.0065	27/02/2018	19/04/2017	2.346
0010947-80.2017.5.15.0065	22/03/2018	05/10/2017	2.323

Período: até 07/2024



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





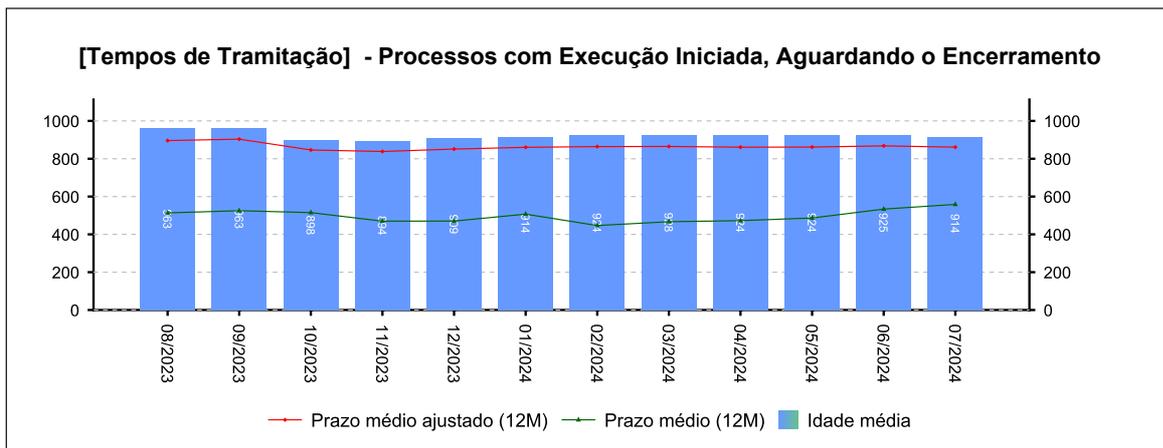
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0036500-57.2002.5.15.0065	02/06/2003	13/05/2002	7.730
0037900-38.2004.5.15.0065	13/11/2006	22/07/2004	6.470
0076600-49.2005.5.15.0065	01/02/2008	22/08/2007	6.025
0075300-81.2007.5.15.0065	11/08/2010	23/10/2007	5.103
0026000-24.2005.5.15.0065	31/08/2010	29/04/2005	5.083

Período: até 07/2024



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	2479	127	200	159
Do Início ao Encerramento da Liquidação	4506	174	149	164
Do Início ao Encerramento da Execução	7730	914	559	861

Período: até 07/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





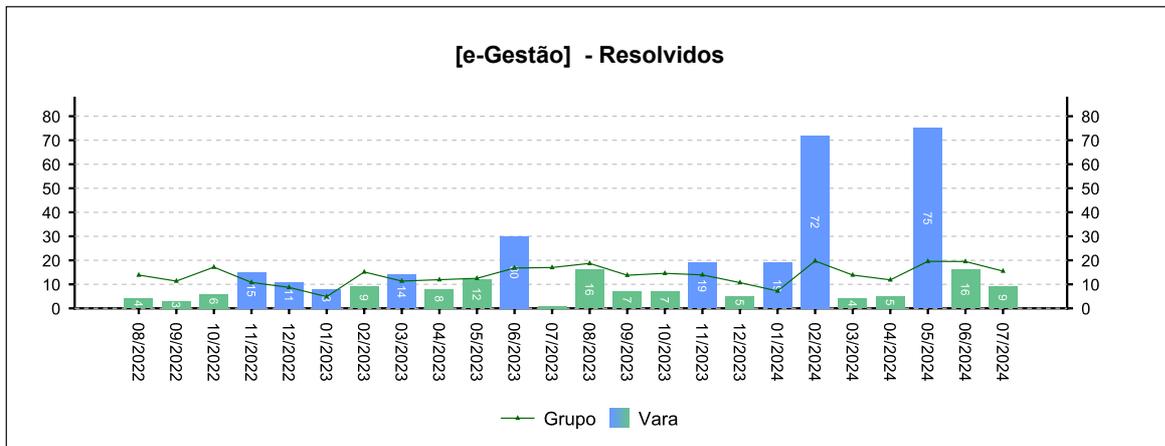
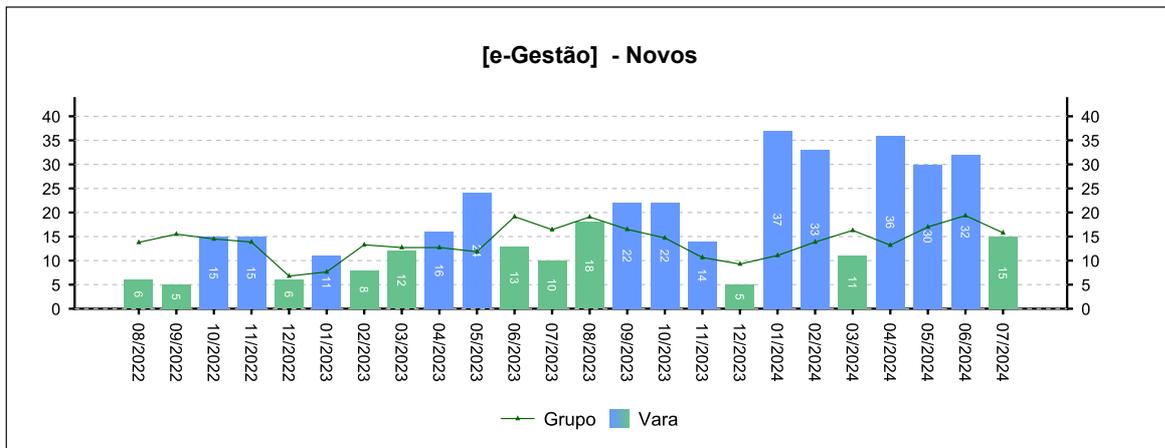
[Voltar](#)

7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
285	255	45
Período: 07/2023 a 07/2024		

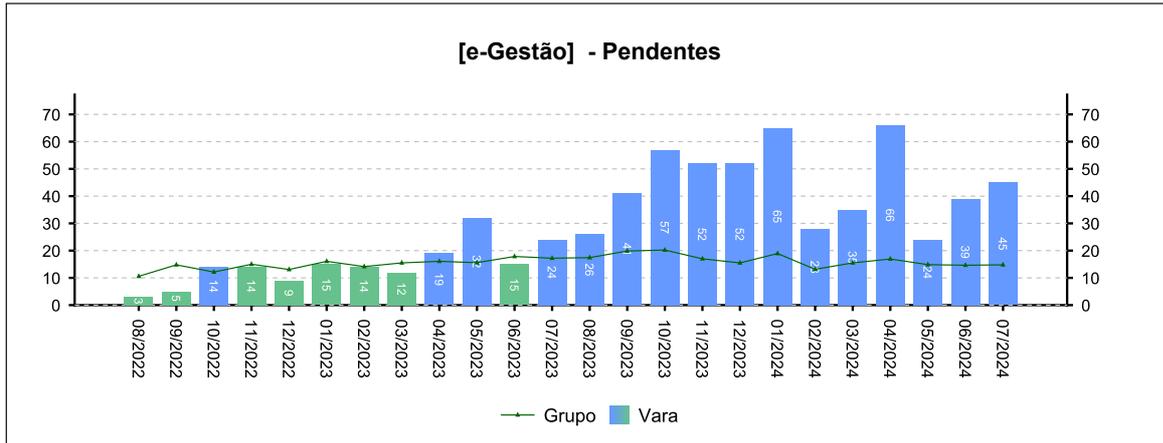




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração



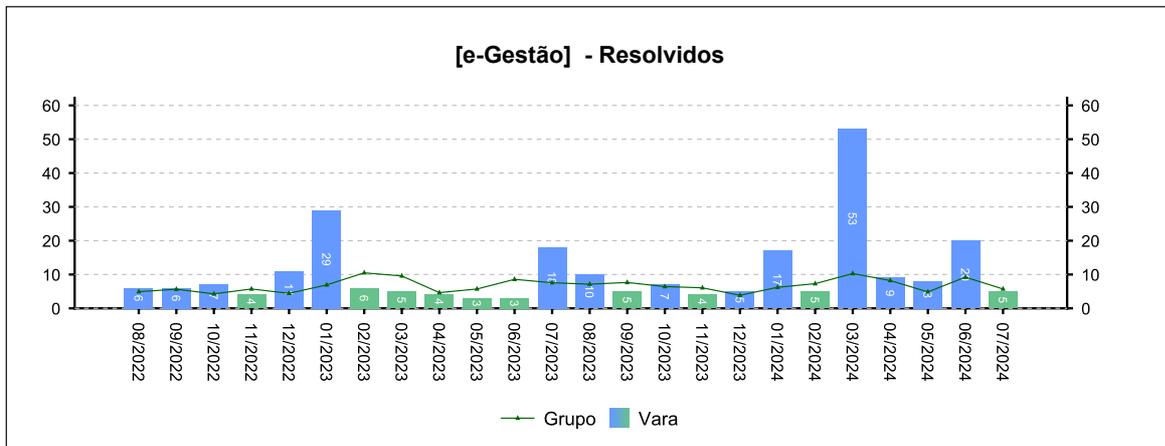
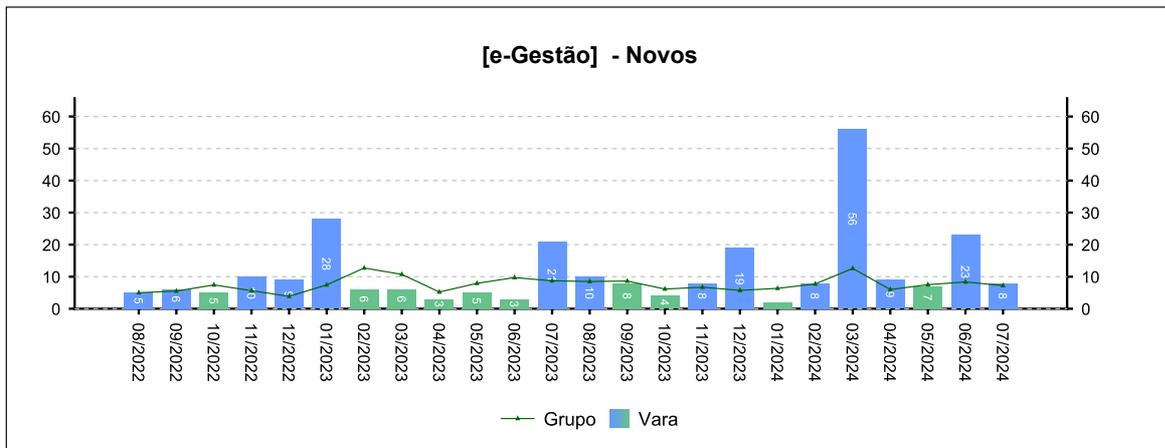


7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
183	166	4
<i>Período: 07/2023 a 07/2024</i>		

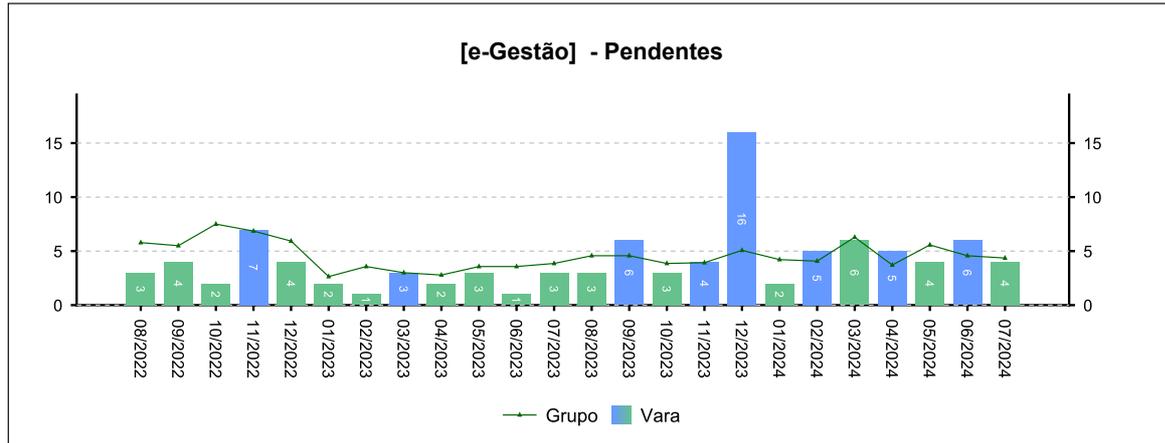




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias



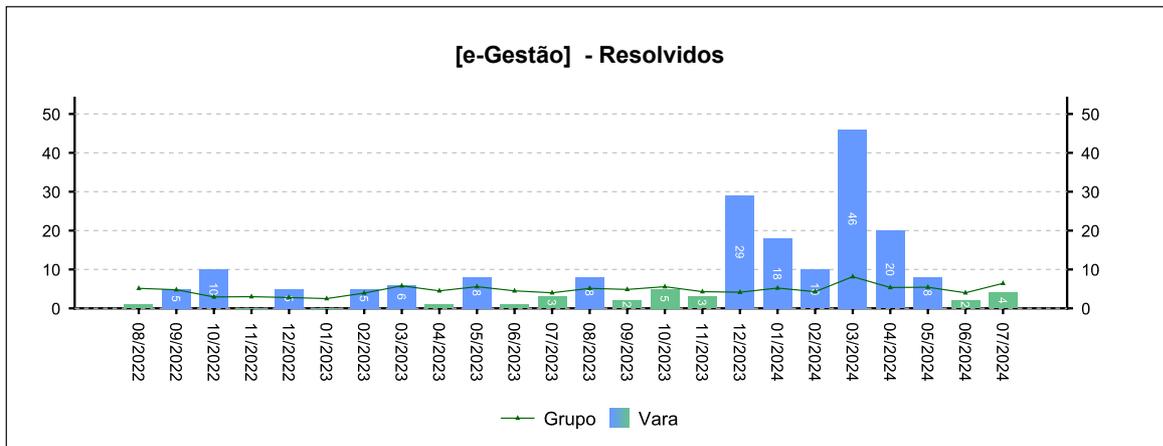
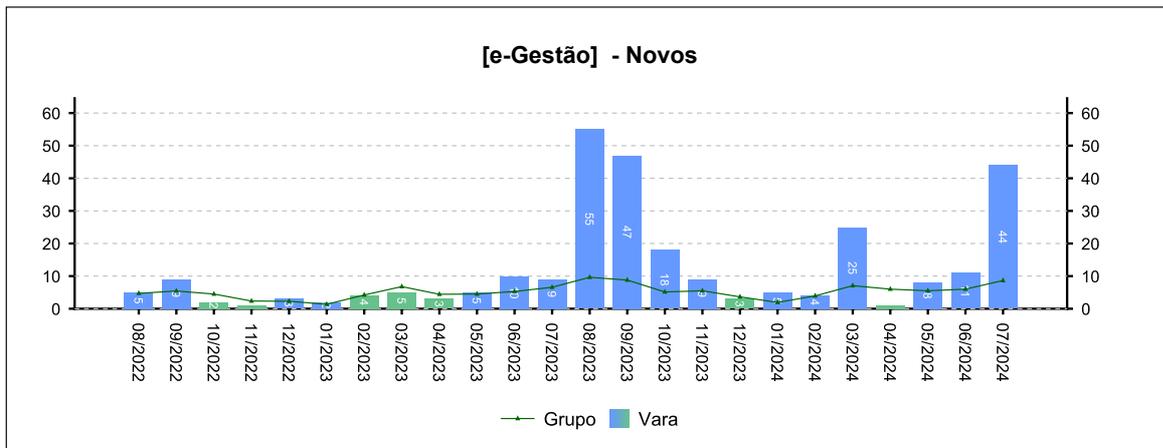


7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
239	158	99
Período: 07/2023 a 07/2024		

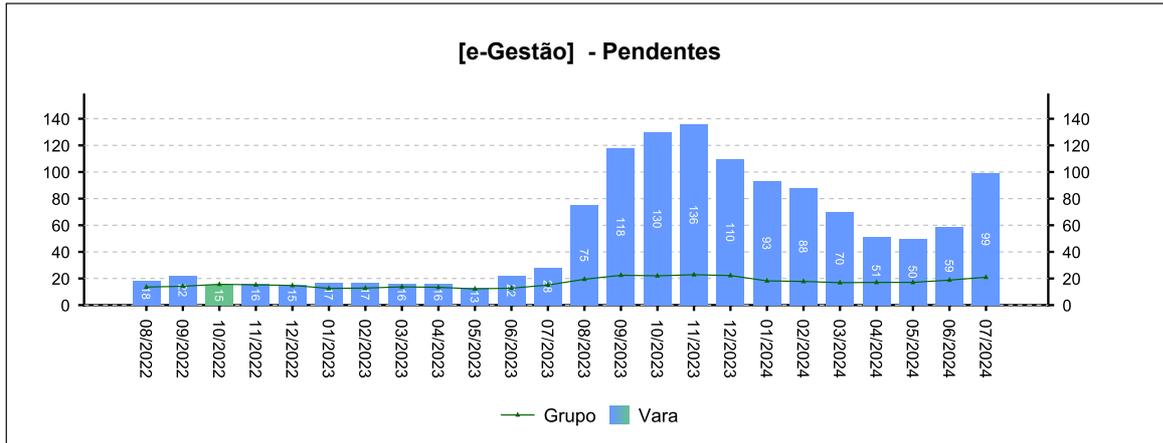




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
707	579	148
<i>Período: 07/2023 a 07/2024</i>		





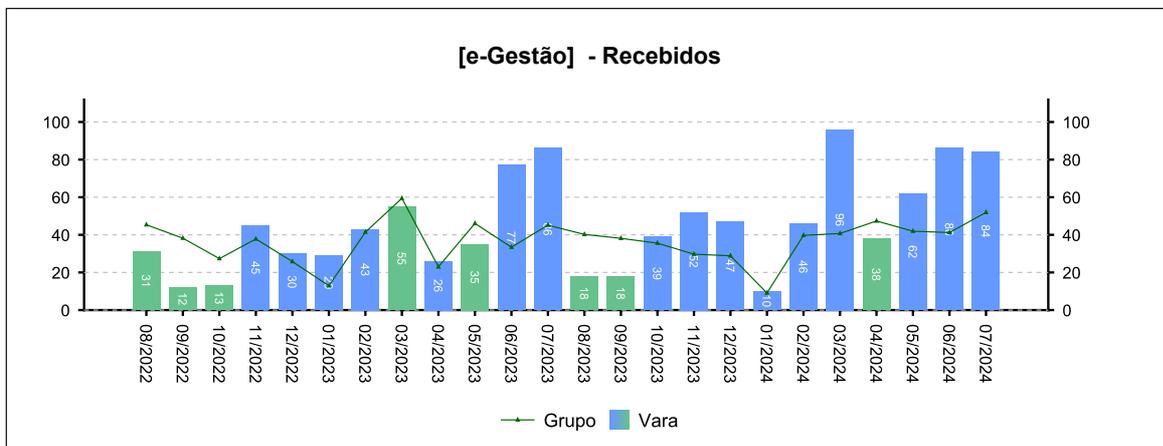
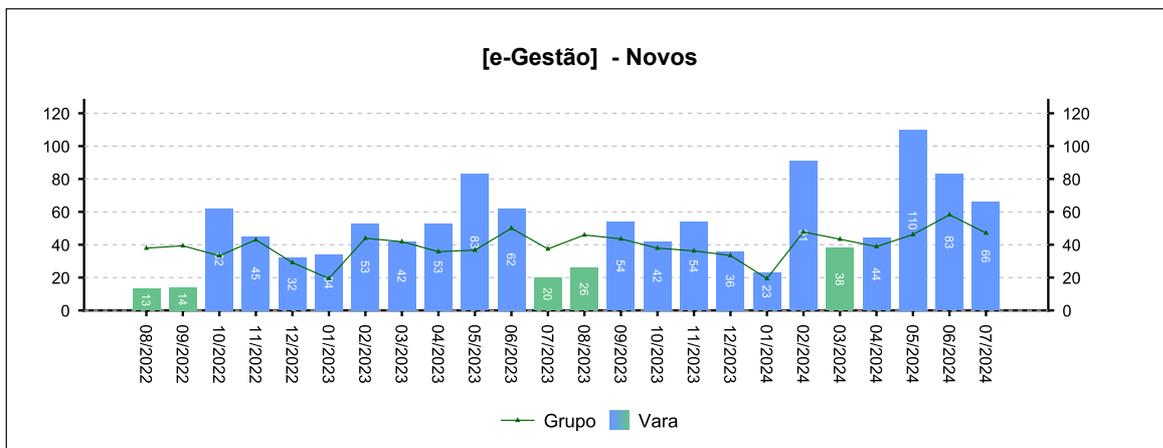
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
687	682	66
<i>Período: 07/2023 a 07/2024</i>		

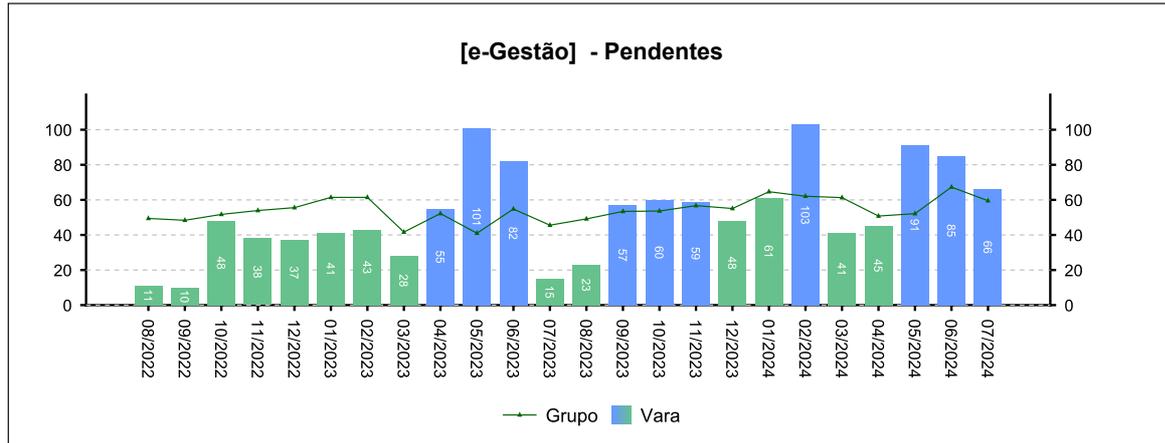




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





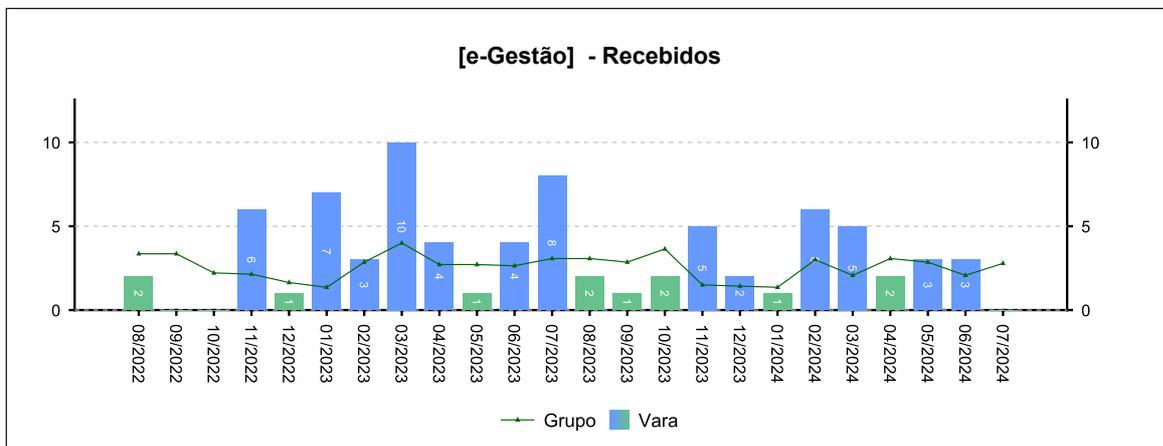
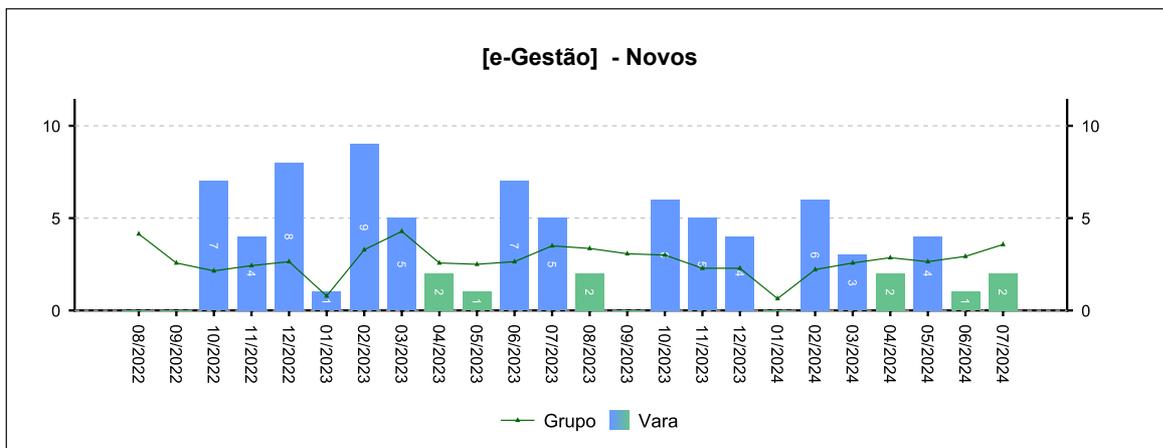
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
40	40	2

Período: 07/2023 a 07/2024

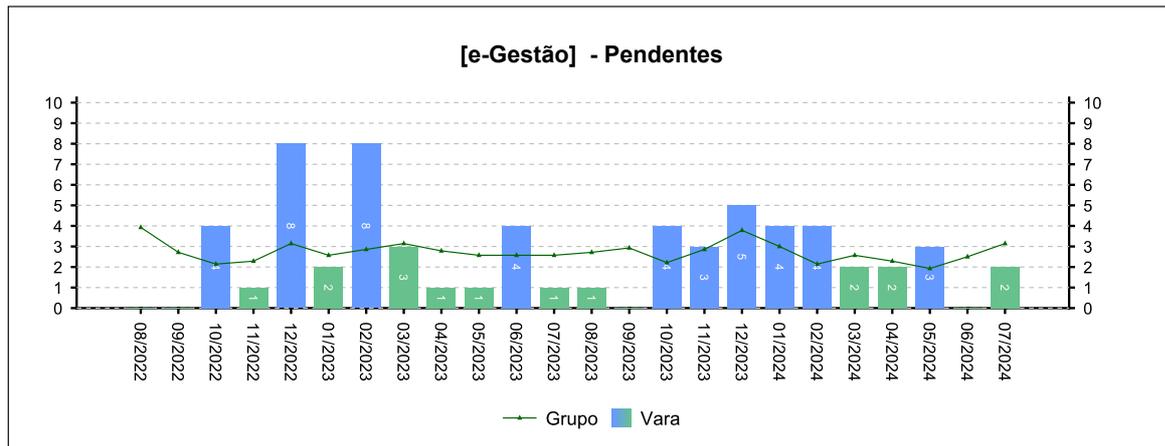




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





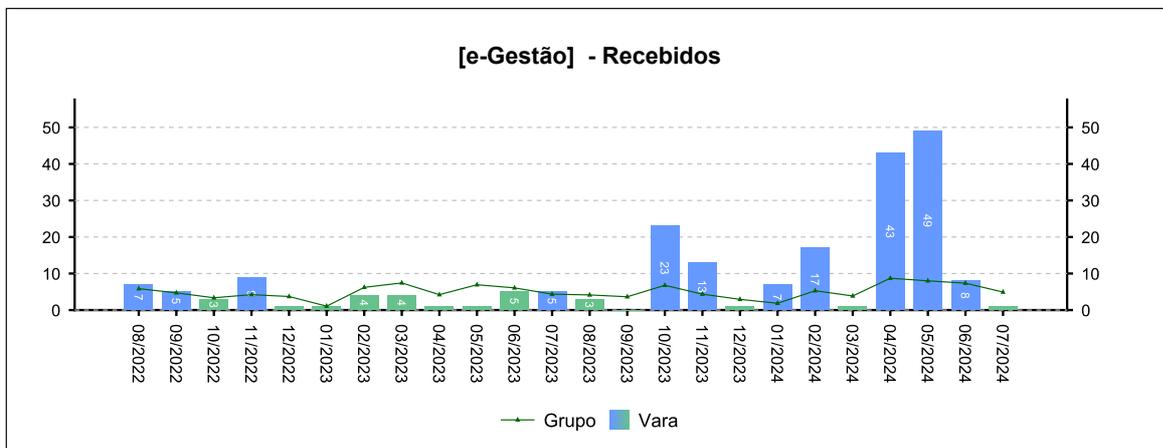
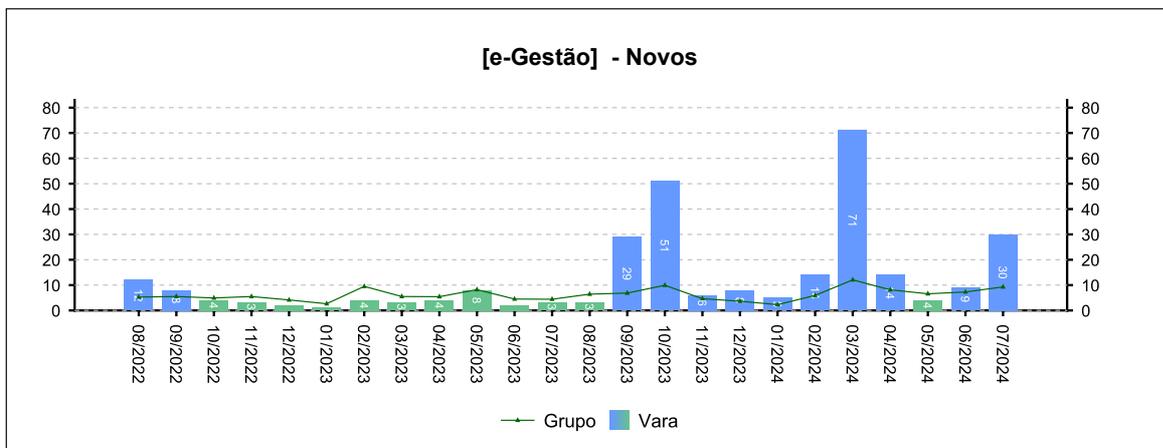
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
247	171	10

Período: 07/2023 a 07/2024

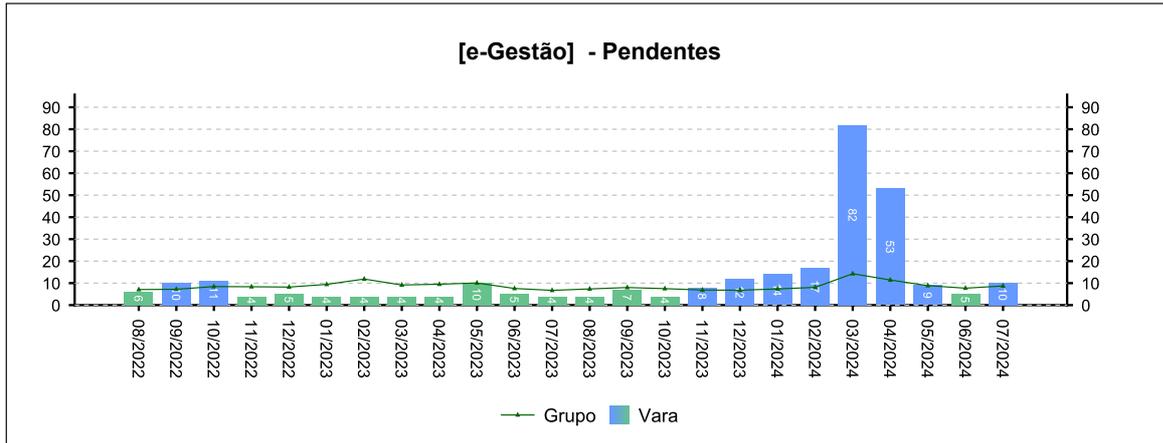




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





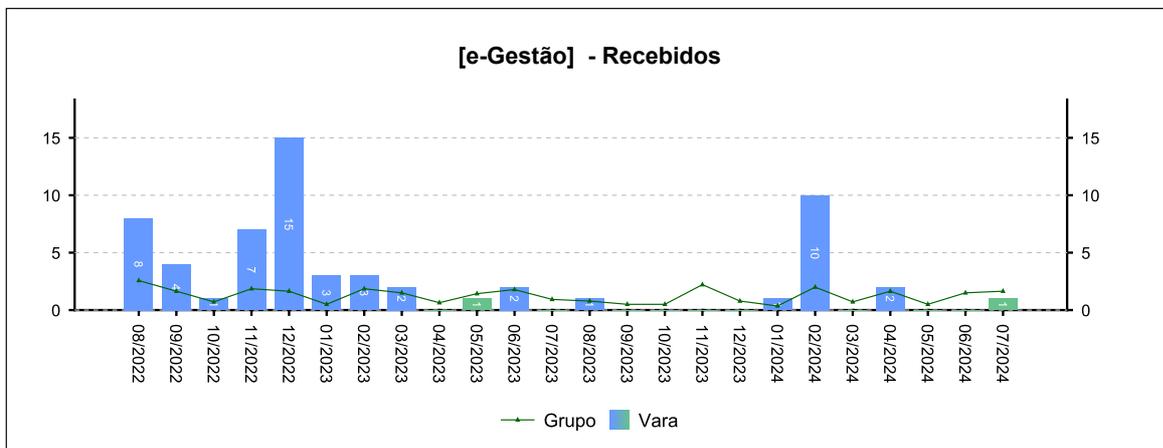
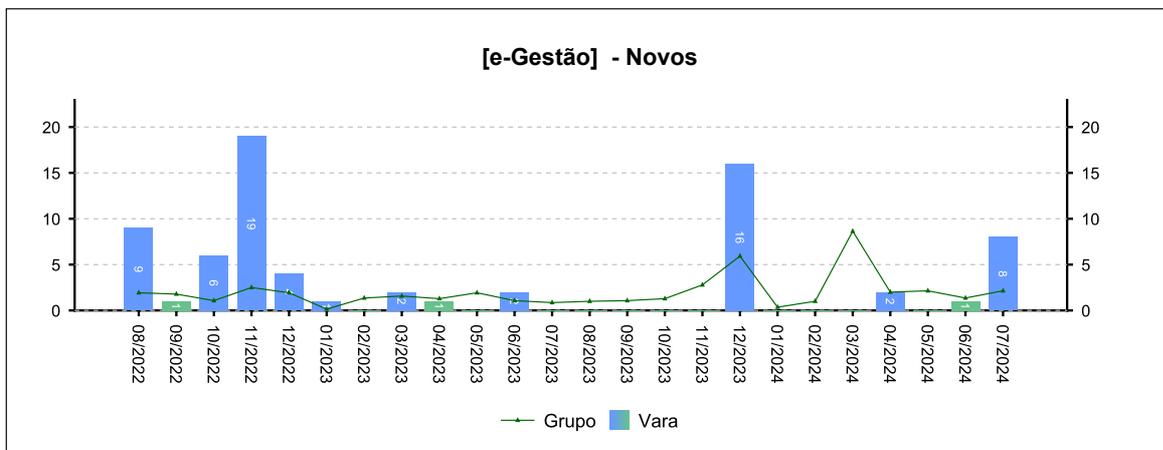
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
27	15	5

Período: 07/2023 a 07/2024

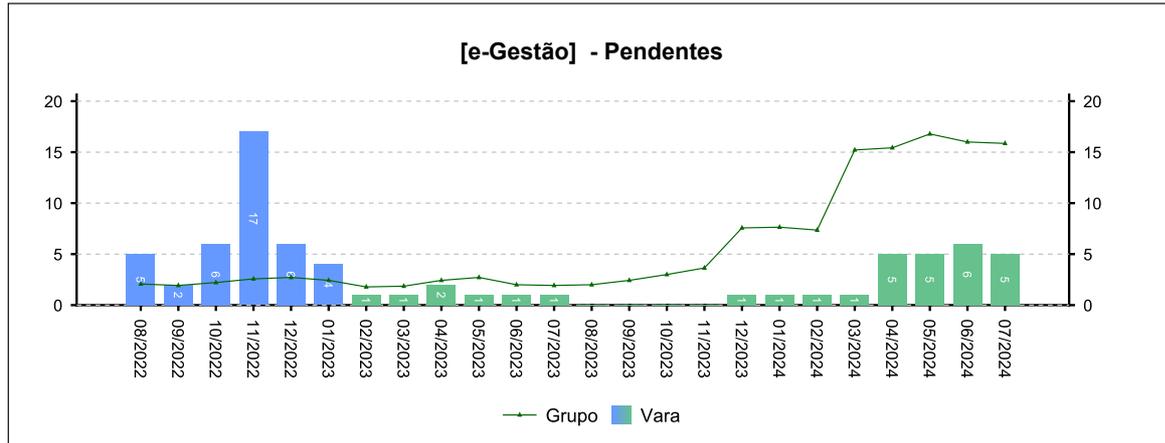




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
1.001	908	83

Período: 07/2023 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

[Voltar](#)

Dados do IGEST não disponíveis.





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2023 a 07/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	578	48,2	5.780,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	653	54,4	6.530,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.231	102,6	12.310,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	59	4,9	590,0
Incidentes Processuais Resolvidos	557	46,4	5.570,0
Dias-Juiz	3	0,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	6.216	37,0	35,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	6.801	40,5	38,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	13.017	77,5	73,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	1.853	11,0	10,4
Incidentes Processuais Resolvidos	4.546	27,1	25,6
Dias-Juiz	5.330	31,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	104.791	57,1	33,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	135.988	74,1	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	240.779	131,1	77,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	32.427	17,7	10,4
Incidentes Processuais Resolvidos	100.583	54,8	32,3
Dias-Juiz	93.402	50,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

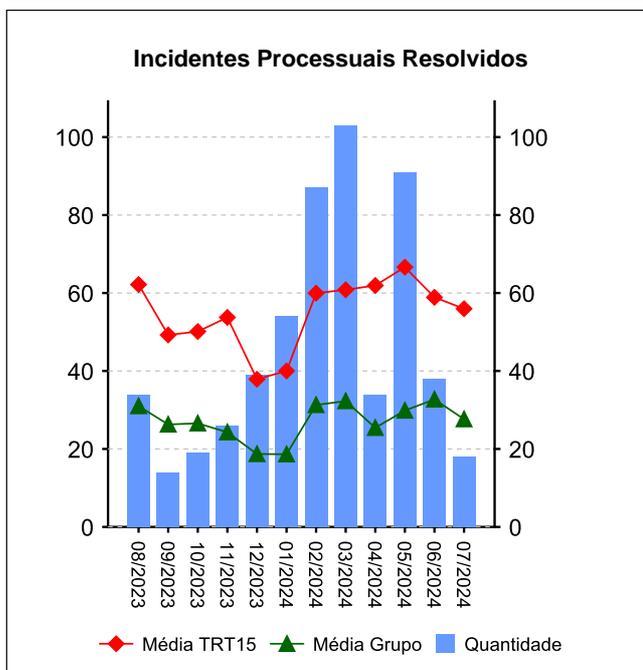
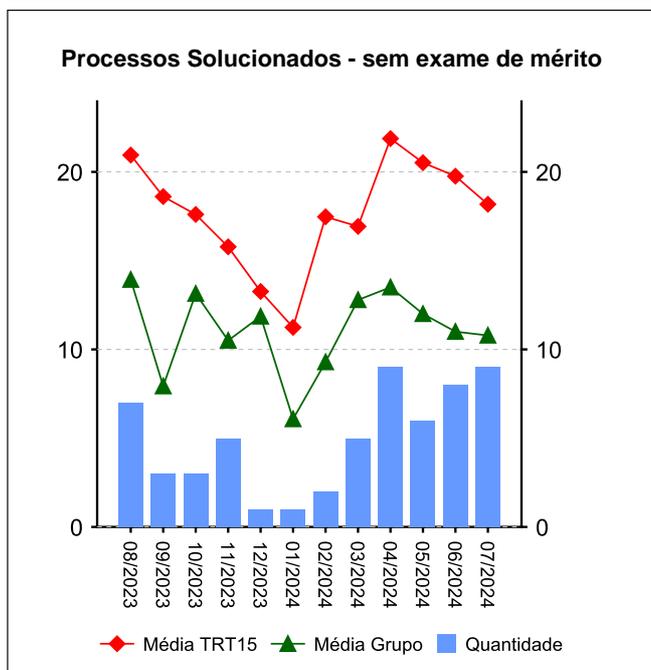
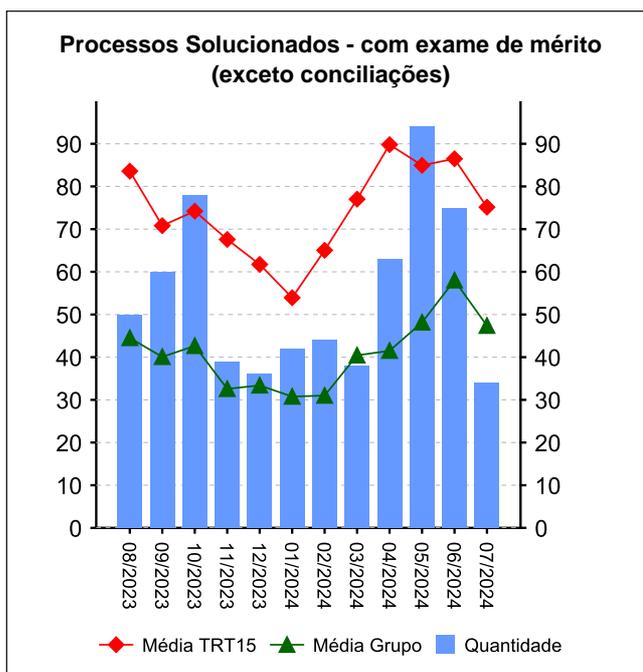
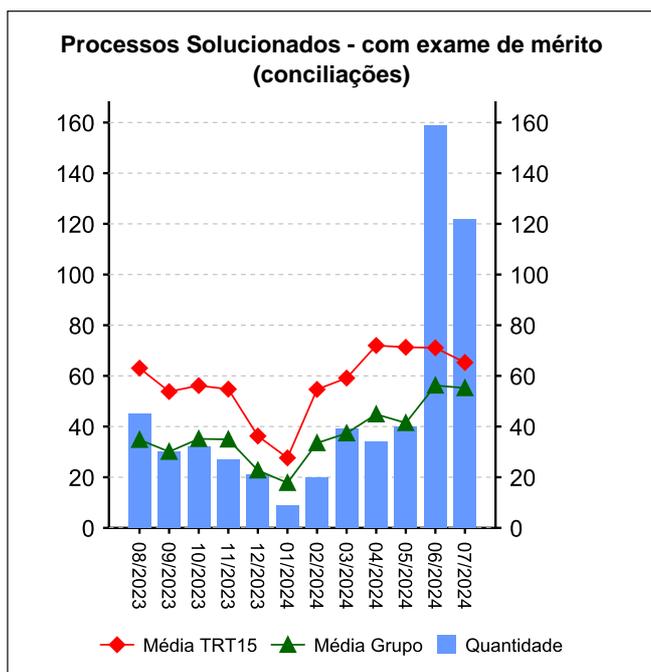




10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2023 a 07/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2023 a 07/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	771	64,3	7.710,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	591	49,3	5.910,0
Sessões de audiência realizadas - una	3	0,3	30,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	253	21,1	2.530,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	121	10,1	1.210,0
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	3	0,3	30,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	594	49,5	5.940,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	374	31,2	3.740,0
Dias-Juiz	3	0,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	5.330	31,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	93.402	50,5	---

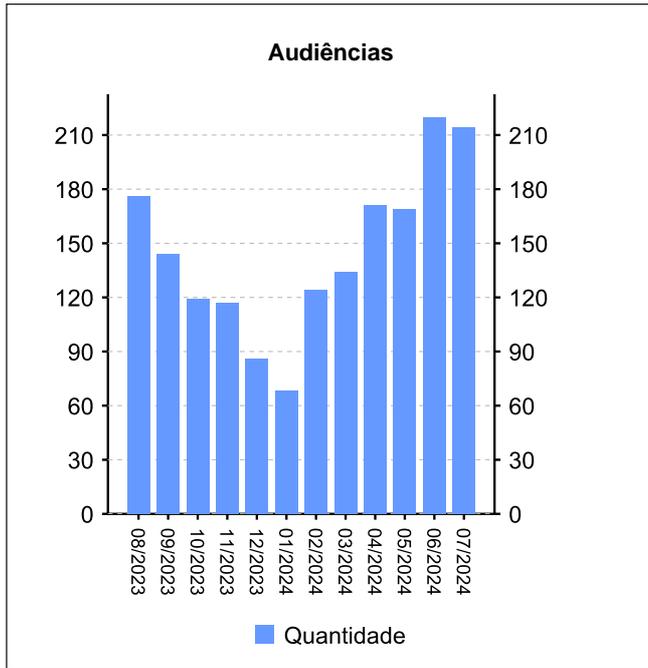




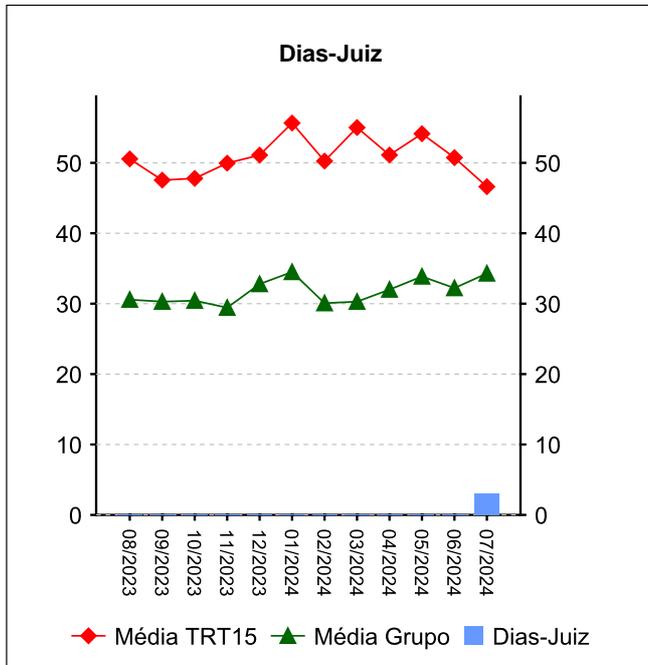
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2023 a 07/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2023	19	9	70	78	0	176
09/2023	4	6	60	73	0	143
10/2023	6	10	49	52	0	117
11/2023	10	6	50	51	0	117
12/2023	11	6	53	16	0	86
01/2024	7	5	30	26	0	68
02/2024	11	13	53	47	0	124
03/2024	31	7	53	42	1	134
04/2024	16	17	85	52	1	171
05/2024	6	12	101	50	0	169
06/2024	82	18	75	45	0	220
07/2024	50	12	92	59	1	214
Total	253	121	771	591	3	1739



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2023	0
09/2023	0
10/2023	0
11/2023	0
12/2023	0
01/2024	0
02/2024	0
03/2024	0
04/2024	0
05/2024	0
06/2024	0
07/2024	3
Média Mensal	0,3





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	881
2022	1104
2023	940
2024 (*)	858

(*) Período: 01/2021 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 388.545,69	R\$ 678.913,73	R\$ 5.093.395,76
<i>Período: 07/2023 a 07/2024</i>		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	PROCESSOS
2017	1
2021	3
2022	8
2023	141
2024	600
Período: até 07/2024	

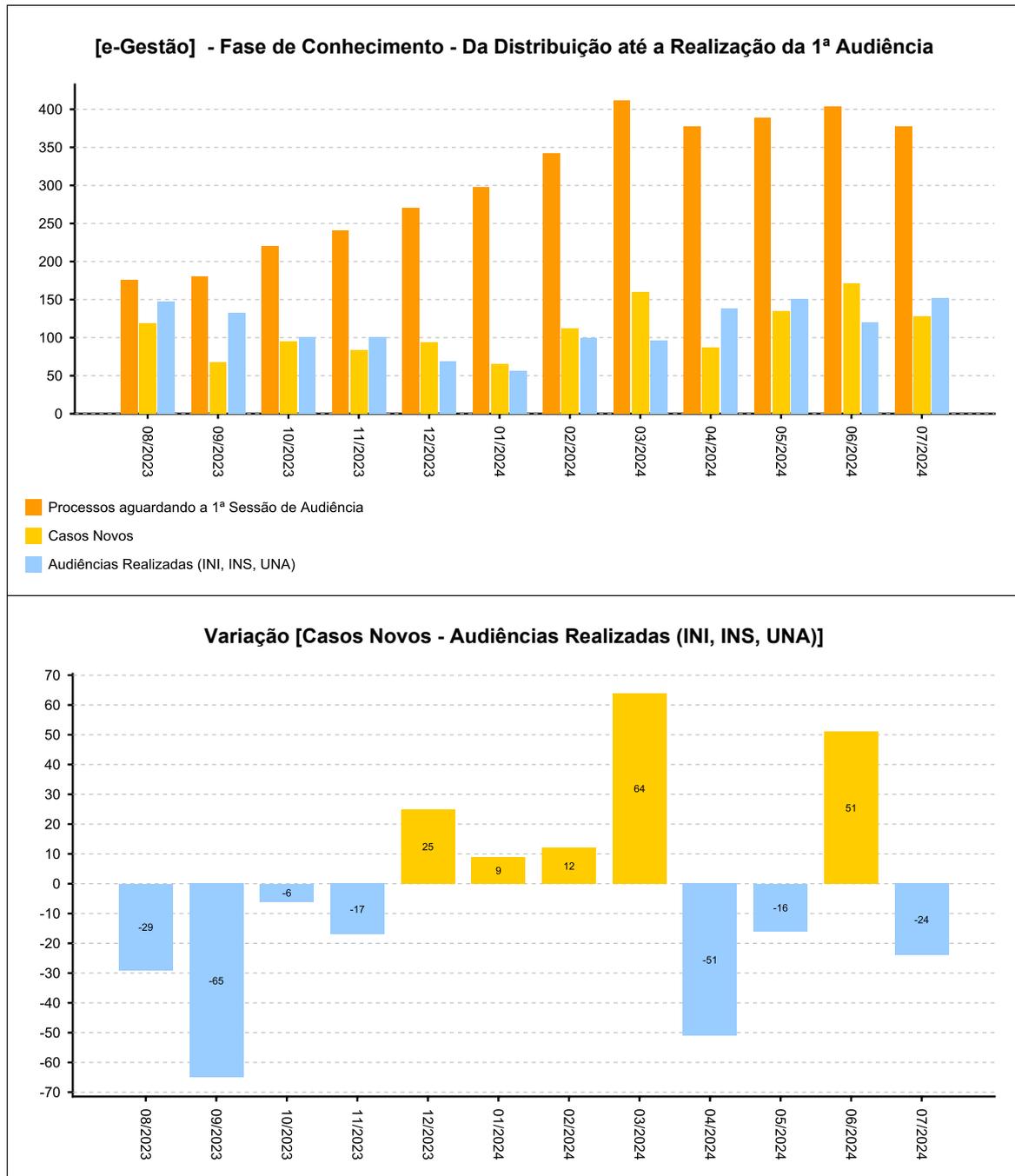




14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 07/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 07/2024]
(fonte: e-Gestão)

